



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 117

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 17 DE JULHO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2260

TAQUIGRAFIA

Ata da 32ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA Em 1 de Julho de 2015.

Presidência dos Srs.
Lebrão - 1º Secretário
Hermínio Coelho - 2º Vice-Presidente
Maurão de Carvalho - Presidente

Secretariado pelos Srs.
Luizinho Goebel - Deputado
Saulo Moreira - Deputado
Lebrão - 1º Secretário

(Às 9 horas e 29 minutos é aberta a sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuino Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT), Só Na Bença (PMDB).

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2ª Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Havendo número legal e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 32ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. E solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Procede a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada. Registramos e agradecemos a presença da ex-primeira dama de Costa Marques, dona Glória e também da vereadora Selma, do município de São Miguel que nos honra com sua presença e todas as pessoas que ocupam espaço na galeria desta Casa, sejam todas bem-vindas. Nesse momento eu suspendo a sessão por conveniência técnica e também por tempo indeterminado. Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se esta Sessão às 9 horas e 55 minutos, reabrindo-se às 10 horas e 50 minutos)

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Está reaberta a Sessão. Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura do expediente recebido.

O SR. SAULO MOREIRA (Secretário ad hoc) – Procede a leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

1 – Mensagem nº 126, de 1 de julho de 2015. Excelentíssimos Senhores Membros da Assembleia Legislativa: Com atenciosos cumprimentos, solicito os bons préstimos de vossas excelências, no sentido de que seja retirado de tramitação e devolvido a este Poder Executivo, o Projeto de Lei que “Revoga o § 2º, do artigo 42, do Decreto Lei 09-A, de 9 de março de 1982”, objeto da Mensagem nº 32, de 12 de fevereiro de 2015.

Antecipando agradecimentos pelo pronto atendimento, subscrevo-me com estima e distinguida consideração.

Confúcio Aires Moura, Governador do Estado de Rondônia.

Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Lido o Expediente, passemos às Breves Comunicações. Não há Oradores inscritos. Encerrada as Breves Comunicações passemos ao Grande Expediente. Também não há Oradores inscritos. Passemos às Comunicações de Lideranças. Também não há Oradores inscritos. Neste momento suspendo a sessão por tempo indeterminado por conveniência técnica. Está suspensa à Sessão.

(Suspende esta Sessão às 10 horas e 52 minutos, reabrindo-se às 12 horas e 14 minutos)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está reaberta a Sessão. Passemos à Ordem do Dia. Solicito ao Secretário que proceda a leitura das proposições recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia e a Secretaria de Segurança Pública, a necessidade de implantar a emissão das Carteiras de Identidade – Registro Geral – RG no município de Ji-Paraná.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA GLAUCIONE. Indica ao Governo do Estado de Rondônia através do IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia a necessidade da instalação do Posto de Atendimento do IDARON, no distrito de Três Coqueiros, município de Campo Novo de Rondônia – RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO. Requer à Mesa Diretora que oficie à ELETROBRÁS para que apresente justificativas para a inconstância do fornecimento de energia em Vale do Anari.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de reconstruir uma ponte na linha C-85, próximo ao Travessão B-0 sob o rio Candeias, na divisa entre Alto Paraíso e Porto Velho/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de tornar a FHEMERON uma autarquia desvinculada da Secretaria de Saúde.

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DOS DEPUTADOS JESUÍNO BOABAID, JEAN OLIVEIRA E HERMÍNIO COELHO. Altera dispositivo da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013.

– PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ALEX REDANO, Estabelece diretrizes quanto a documentação a ser apresentada em Plano de Manejo Florestal em áreas de posses rurais.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR, Indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da alteração na Lei Complementar de 12 de agosto de 2011, anexo único que se refere a tabela de valores da gratificação por produtividade.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID, Requer à Mesa Diretora, que sejam convocados a comparecer a esta Casa, no dia 1 de julho, às 17h, os seguintes Secretários: Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretário da Casa Civil e Secretário de Estado de Finanças para prestarem explicações inerente ao Projeto de Lei referente a Reforma Administrativa

(Às 12 horas e 16 minutos o Sr. Maurão de Carvalho passa a Presidência ao Sr. Hermínio Coelho)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Solicito ao Secretário proceder a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 005/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 33, dispõe sobre o acompanhamento e a fiscalização pelo Estado de Rondônia, das compensações e das participações financeiras previstas no artigo 20, parágrafo 1º da Constituição Federal, oriundas das concessões, permissões, cessões e outras modalidades administrativas para a exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural, entre outros recursos naturais, na forma que especifica e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta parecer no projeto. Deputado Cleiton Roque, para emitir pela Comissão de Indústria e Comércio.

O SR. CLEITON ROQUE – Projeto de Lei nº 005/15 de autoria do Poder Executivo, Mensagem 33, dispõe sobre o acompanhamento e a fiscalização pelo Estado de Rondônia, das compensações e das participações financeiras previstas no artigo 20, parágrafo 1º da Constituição Federal, oriundas das concessões, permissões, cessões e outras modalidades administrativas para a exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural, entre outros recursos naturais, na forma que especifica e dá outras providências. Sr. Presidente o parecer da Comissão de Indústria e Comércio, é favorável ao Projeto de Lei, acatando as emendas propostas na Comissão de Justiça e Redação.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do eminente deputado Cleiton Roque. Não havendo quem quera discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer do deputado Cleiton com emendas.

O SR. AÉLCIO DA TV – Este projeto foi o projeto que?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 005/15 de autoria do Executivo com emendas.

O SR. AÉLCIO DA TV – Esse projeto é um projeto que autoriza a Secretaria de Fazenda a acompanhar e fiscalizar os *royalties* das usinas, como não existia uma lei específica para esse tema, foi criada essa lei. Esta emenda foi apenas para adequar a redação porque tinha algum erro na redação, a emenda foi apenas para isso. Então a emenda, praticamente não tem valor, só foi feita para consertar um erro que de redação. Portanto, esse projeto é um projeto inteiramente importante que deve ser aprovado pela Casa.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Aécio vossa excelência falou o quê? É para fiscalizar os *royalties*?

O SR. AÉLCIO DA TV – É. Os *royalties* da usina.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Este aqui é que vai fiscalizar?

O SR. AÉLCIO DA TV – A Secretaria de Fazenda, não tinha um órgão competente pela nossa legislação, como é uma coisa nova, para acompanhar, digamos assim, assim como é feito com o ICMS, com os impostos, habilita a Secretaria de Fazenda a fazer esse acompanhamento.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado deputado Aécio.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Este projeto, inclusive, quero colaborar com o deputado Aécio, ontem a Procuradoria do Município de Candeias que tem uma pequena usina, mas que também gera compensação financeira, me ligou, deputado Aécio, perguntando se já havíamos aprovado este projeto. E agora eu estou vendo em pauta, é muito pertinente, é um projeto que dá condição, cria esse mecanismo uma vez que até então, até a chegada das usinas do Madeira, esse elemento de compensação financeira não era tão discutido porque nós só tínhamos a Samuel agora nós temos duas grandes usinas, podendo sair mais a de Tabajara, saindo mais a binacional, Rondônia será um grande produtor de energia e ter o acompanhamento fiscal das compensações financeiras é importantíssimo para a Fazenda do Estado. Este projeto é importante, tem que ser votado.

O SR. AÉLCIO DA TV – É uma arrecadação na ordem de setenta e cinco milhões de reais, só para termos uma dimensão do tamanho que é este negócio. É preciso urgentemente esta lei para que a Secretaria de Fazenda possa acompanhar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.**

Próxima matéria.

Registramos a presença do Adneudo Andrade, Presidente da Câmara Municipal de Mirante da Serra, obrigado Vereador pela presença, do Sr. Joazir Barbosa, Diretor do Hospital Samuel Marques dos Santos, em Mirante da Serra, do vereador João Leitoa, vice-presidente da Câmara de Nova União, da vereadora Rosa Maria, Câmara Municipal de Pimenta Bueno, do vereador

Tiago Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Santa Luzia, do Sr. Jurandir Araújo, Prefeito Municipal de Santa Luzia, do vereador José Wildes, Câmara Municipal de Santa Luzia, Claudemar Littig, Presidente da Câmara Municipal de Cacoal, Pedro Ferrazin e Tonin da Emater, PTN, Câmara Municipal de Cacoal, obrigado a todos pela presença.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Questão de Ordem, Sr. Presidente! Gostaria de registrar a presença do Adnaldo, ex-prefeito de Mirante da Serra e futuro prefeito pelo PTN – Partido Trabalhista Nacional, seja bem-vindo e parabenizamos pelo brilhante trabalho que V. Exª fez a frente do DER no Programa 'Mão Amiga' que foi da maior importância para o Estado de Rondônia. Seja bem-vindo!

PROJETO DE LEI Nº 044/15 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às pessoas com Epilepsia no Estado de Rondônia, e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 044/15 do deputado Maurão de Carvalho. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.**

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 053/15 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, institui a Semana Estadual de Estudo e Conscientização sobre o Autismo no Estado de Rondônia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Projeto de Lei nº 053/15 do deputado Maurão, com emenda. O projeto está ok para votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.**

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 099/15 DO DEPUTADO DR. NEIDSON, altera a ementa e acrescenta dispositivo à Lei 1.989, de 26 de novembro de 2008.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 099/15 do deputado Dr. Neidson. O projeto já está com os pareceres das Comissões. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.**

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 114/15 DO DEPUTADO LÉO MORAES, que dispõe sobre auxílio e assistência do Estado às vítimas de violência e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Faltam os pareceres das Comissões pertinentes, solicito ao deputado Adelino dar o parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei nº 114/2015, dispõe sobre auxílio e assistência do Estado às vítimas de violência e dá outras providências. Autor é o deputado Léo Moraes, somos de parecer favorável pelas Comissões, Sr. Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado deputado Adelino. Em discussão o parecer favorável do deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado.**

Em primeira discussão e votação o projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.**

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 117/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 112, institui o Comitê Estadual de Articulação do Programa Territórios da Cidadania - CAE, dispõe sobre sua organização, funcionamento e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer das Comissões, deputado Adelino para emitir o parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mensagem 112, Projeto de Lei nº 117/2015, institui o Comitê Estadual de Articulação do Programa Territórios e Cidadania – CAE, dispõe sobre sua organização, funcionamento e dá outras providências. Sr. Presidente, sou de parecer favorável pelas Comissões, acho um projeto importante para ser discutido.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.**

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 118/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 113, institui o Programa Rondônia Pró-Catador, o Comitê Interestadual para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, dispõe sobre sua organização e funcionamento e dá outras providências.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, Questão de Ordem. Está na Casa tramitando um Projeto da Reforma Administrativa, eu peço a esta Casa que coloque um documento que veio do Governo, um Requerimento pedindo para tramitar novamente essa proposição. Já está pedido então? Ele tem que ser discutido em plenário para depois, então está certo, é só isso?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Projeto encontra-se sem o Parecer pelas Comissões. Solicito ao deputado Adelino que emita o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei nº 118/15 que institui o Programa Rondônia Pró-Catador, o Comitê Interestadual para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, dispõe sobre sua organização e funcionamento e dá outras providências. É um Projeto do Poder Executivo, somos de Parecer favorável, senhor Presidente, é o Parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, deputado Marcelino.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Quero registrar, na Galeria desta Casa, a presença do Vereador Presidente da Câmara Municipal de Mirante da Serra, o vereador Adneudo de Andrade, também a presença do seu irmão Agnaldo Andrade. Um abraço para vocês.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão e votação o parecer favorável do deputado Adelino. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 118/15 do Poder Executivo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado o Projeto. Vai à segunda discussão e votação.**

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 119/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 114, que cria o Comitê Estadual para a Política de Juventude no Estado de Rondônia – COEJUV/RO e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer. Solicito ao deputado Adelino que emita o Parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei nº 119/15, que cria o Comitê Estadual para a Política de Juventude no Estado de Rondônia – COEJUV/RO e dá outras providências. Somos de Parecer favorável, senhor Presidente, damos o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão e votação o parecer favorável do deputado Adelino. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado o Projeto.**

Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 122/15 DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV, dispõe sobre a proteção ao professor e ao servidor ou empregado da Educação no Estado de Rondônia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer. Solicito ao deputado Adelino que emita o parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei nº 122/15 do Deputado Aécio da TV, dispõe sobre a proteção ao professor e ao servidor ou empregado da Educação no Estado de Rondônia. É um Projeto muito importante, somos de parecer favorável, e estamos dando o parecer favorável pelas Comissões pertinentes, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado deputado Adelino. Em discussão e votação o parecer favorável do deputado Adelino. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado o Projeto. Vai à segunda discussão e votação.**

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 123/15 DO DEPUTADO EDSON MARTINS, dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de concurso de remoção antes da realização de concursos públicos para contratação de Servidores Públicos do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Jesuíno Boabaid para dar o parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Presidente, ontem eu conversei com o deputado Edson Martins, e ele falou que iria tramitar essa matéria, eu estou vendo que falta um servidor, ele só coloca servidor, então eu quero fazer uma Emenda agora neste Projeto de Lei aqui para: Servidor Público Civil e Militar. Para que não haja essa questão de separação. Então eu acato o Projeto de Lei, mas, com Emenda, onde se referir a Servidores Públicos deve se consagrar: Servidores Cíveis e Militares. Este é o Projeto de Lei com parecer favorável acatando a Emenda.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão e votação o parecer favorável do deputado Jesuíno com Emenda, ao Projeto de Lei nº 123/15 do deputado Edson Martins. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 123/15 **com emenda**. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado o Projeto. Vai à segunda discussão e votação.**

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 124/15 DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO, dispõe sobre a

obrigatoriedade de devolução integral, e em espécie, do troco ao consumidor de bens e serviços, nos estabelecimentos situados no Estado e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Os Deputados disseram que não iriam mais votar Projeto sem Parecer das Comissões, tem um caminhão de Projetos sem Parecer. Eu sabia que isso não iria durar muito tempo.

O Projeto está sem parecer. Solicito ao deputado Adelino para dar parecer ao projeto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente, também um Projeto do deputado Lazinho da Fetagro, autor, Projeto de Lei nº 124/15, dispõe sobre a obrigatoriedade de devolução integral, e em espécie, do troco ao Consumidor de bens e serviços, nos estabelecimentos situados no Estado e dá outras providências. Deputado, somos de parecer favorável Sr. Presidente. Seria bom que esses projetos tivessem passado nas Comissões, mas como já foi deliberado pela maioria dos Deputados, somos de parecer favorável senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu estava olhando, não já é obrigado o cara devolver o troco? Precisa de lei para isso?

Em discussão e votação o parecer favorável do deputado Adelino. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 124/15 do deputado Lazinho da Fetagro. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai à segunda discussão.**

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 125/15 DO DEPUTADO LÉO MORAES, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição de concursos públicos promovidos pelo Governo do Estado de Rondônia, aos doadores de Medula Óssea.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Este Projeto é um Projeto interessante, mas teria que passar pela Comissão de Constituição e Justiça, “dispõe sobre a isenção de pagamento de taxa de inscrição”. Deputado, eu não acredito que nós Deputados possamos, pelo menos é o que se diz, isso não é de iniciativa nossa, “nós darmos isenção para pagamento de taxa de inscrição do concurso público”. Não vai ter mais concurso, sem uma taxinha, não vale a pena fazer concurso.

Deputado Adelino, para emitir parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – “Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxa de inscrição de concursos públicos promovidos pelo Governo do Estado de Rondônia, aos doadores de Medula Óssea”. É, são poucos também, Deputado, é muito pouco. Esse Projeto é de autoria do deputado Léo Moraes, o Projeto de Lei nº 125/15. Sr. Presidente, eu sou de parecer favorável, eu acho que é justo, quem doa Medula Óssea são poucas pessoas e a pessoa que doou contribuiu muito para a pessoa que recebeu. Sou de parecer favorável Sr. Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas é muito, é como falei para vossa excelência, é uma enxurrada de lei, agora lei até para obrigar a dar troco. Precisa de lei? Você compra, dá o dinheiro, o cara já é obrigado por natureza a dar o troco.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Sr. Presidente Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Quem é que está ficando com o troco, deputado Lazinho?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Já foi votado. O troco está ficando no mercado. O troco está ficando no mercado, é muito fácil você chegar ao mercado e dá R\$ 1,95 para pagar, aliás, dá R\$ 2,00 para pagar R\$ 1,95 e você não recebe. Isso são milhões e milhões de empresas e lojas.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Dá uma balinha, um chiclete.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Ou seja, para o consumidor R\$ 0,01, talvez, durante o ano todo não vai dar nada no final do ano, mas faz as contas para vossa excelência vê numa empresa.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu sei deputado Lazinho, mas já é obrigado o cara, não precisa de lei.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Mas não cumpre.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Certo. Vão continuar não cumprindo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Ele é obrigado a dar uma bala. “Ah! Você quer uma balinha? Leve uma balinha”.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu sei, mas ele vai continuar descumprindo a sua lei, eles não vão cumprir, quem que vai fiscalizar isso?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu não sei quem vai fiscalizar, a lei está aí, agradeço aos Deputados por votarem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do deputado Adelino. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestam. **Está aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto nº 125/15 do deputado Léo Moraes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai à segunda discussão.**

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 022/15 DOS DEPUTADOS, JESUÍNO BOABAI, HERMÍNIO COELHO E JEAN OLIVERIA, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Adelino, para emitir parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Léo Moraes deixou de votar em dois Projetos seus, mas está chegando, parecer favorável, agradeço a todos os Deputados que votaram favorável.

Projeto de Lei Complementar nº 022/15 de autoria do deputado Jesuíno Boabaid, deputado Hermínio Coelho e deputado Jean Oliveira, altera dispositivo da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013.

Senhor Presidente, somos de parecer favorável, estamos dando o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado deputado Adelino. Em discussão parecer favorável do deputado Adelino.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente, queria que o deputado Jesuíno, é com relação ao que Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAI – É na Casa.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Ah! É na Casa. Ok!

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, por que os policiais militares que estão cedidos a Casa, são cedidos, tinha retirado aqueles R\$ 1.000,00 de ticket que todos os servidores da Casa tem: comissionado e estatutário. Isso aqui é voltando para os policiais militares, por que eu acho que os policiais militares também comem. Os cedidos.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não são só os policiais, são os servidores cedidos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não. São só os policiais militares.

O Projeto de Lei Complementar nº 022/15 de autoria dos Deputados, o parecer já foi favorável.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu gostaria que o parecer fosse com emenda, emenda que todo servidor cedido, não só os militares, que não é justo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Para acrescentar não é?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Acrescentar, uma emenda no meu parecer, dizendo que a todos os servidores cedidos para a Casa, não só aos militares. Eu acho injusto outro servidor que está aqui à disposição não receber. Por que está contrariando, servidores cedidos? Não. Os funcionários cedidos a esta Casa. Hoje a Polícia Militar é cedida, os outros funcionários que também estão cedidos, também tem o mesmo direito, que foi cortado junto, foi cortado dos dois e agora volta, também para os servidores. Eu apresentei uma emenda, apresentei no meu parecer. Já dei o parecer com emenda. Eu quero deixar bem claro a emenda, que todo servidor cedido para esta Casa, tenha esta vantagem para que não seja só para uma categoria, porque é uma discriminação. Foi cortada, então se voltar para os militares, tem que voltar para os outros também, a emenda é nesse sentido. Todo servidor cedido para esta Casa, tem o direito.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Tem o meu apoio deputado Adelino, esta emenda.

O Sr. Dr. NEIDSON – Tem o meu apoio também deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu suprimi o parágrafo único do artigo 14, suprimindo o artigo onde fala que é só para “os militares”, passa abranger os “outros funcionários” também. Então, está revogando o parágrafo único do artigo 14, na Lei Complementar 731.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do deputado Adelino, com emenda. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer que é pela aprovação do Projeto.**

Em primeira discussão e votação Projeto de Lei Complementar nº 022/15 de autoria dos deputados Jesuíno Boabaid, Hermínio Coelho e Jean Oliveira. Votação nominal, precisa de no mínimo treze votos. O painel já está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- deputado Adelino Follador	- sim
- deputado Aécio da TV	- sim
- deputado Airton Gurgacz	- sim
- deputado Alex Redano	- sim
- deputado Cleiton Roque	- ausente
- deputado Dr. Neidson	- sim
- deputado Edson Martins	- ausente
- deputado Ezequiel Júnior	- sim
- deputada Glaucione	- ausente
- deputado Hermínio Coelho	- sim
- deputado Jean Oliveira	- ausente
- deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- deputado Laerte Gomes	- ausente
- deputado Lázinho da Fetagro	- sim
- deputado Lebrão	- não
- deputado Leo Moraes	- sim
- deputada Lúcia Tereza	- ausente
- deputado Luizinho Goebel	- ausente
- deputado Marcelino Tenório	- ausente
- deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- deputado Ribamar Araújo	- sim
- deputada Rosângela Donadon	- ausente
- deputado Saulo Moreira	- ausente
- deputado Só Na Bença	- sim

Com 12 votos favoráveis, 1 NÃO. Está rejeitado o Projeto. Vai ao arquivo.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 083/15 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID, fica obrigado os supermercados e hipermercados e estabelecimentos similares, a divulgarem a data de validade dos alimentos e mercadorias postos em promoção em seus estabelecimentos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Projeto de Lei nº 083/15 de autoria do deputado Jesuíno Boabaid. Falta o parecer das Comissões. Pedir para o deputado Adelino dar o parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei nº 083/15, Fica obrigado a supermercados e hipermercados, estabelecimentos similares divulgarem a data de validade dos alimentos e mercadorias postos em promoção em seus estabelecimentos. Este Projeto, já tem o parecer Senhor Presidente. Gostaria da Assessoria da Casa, que eu acho que já tem o parecer aqui. Mas de qualquer jeito, é parecer favorável senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer pela Comissão Defesa do Consumidor. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação Projeto de Lei nº 083/15 do deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.**

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 080/15 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID, Fica estabelecido que as concessionárias de veículo automotor sediadas no Estado de Rondônia plantem uma árvore para cada veículo novo vendido e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer da Comissão de Finanças. Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei nº 080/15: fica estabelecido que as concessionárias de veículo automotor sediadas no Estado de Rondônia plantem uma árvore para cada veículo novo vendido e dá outras providências. Deputado Jesuíno, nós somos de parecer favorável do deputado Jesuíno que é o autor do projeto, o Projeto 080, fica estabelecido que as concessionárias de veículo automotor sediadas no Estado de Rondônia plantem uma árvore para cada veículo novo vendido e dá outras providências. Somos de parecer favorável senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do deputado Adelino. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários que se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 080/15 do deputado Jesuíno Boabaid, com emenda. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.**

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO, requer à Mesa nos termos do parágrafo único do Regimento Interno, artigo 199, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação dos Projetos de Leis: Projeto 005/15; Projeto 044/15; Projeto 053/15; Projeto de Lei 099/15; Projeto 114/15;

Projeto 117/15; Projeto 118/15; Projeto 119/15; Projeto 122/15; Projeto 123/15; Projeto 124/15; Projeto 125/15; Projeto 080/15 e Projeto de Lei 083/15.

O SR. SÓ NA BENÇA – Presidente, Questão de Ordem. Quero agradecer a presença da vereadora Dona Rosa, de Pimenta Bueno, Vereadora abençoada e também junto com vossa excelência está o Roberto, em nome de todos vocês quero agradecer a presença de todos que estão no plenário. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o requerimento do deputado Lebrão. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI, requer à Mesa Diretora, que sejam convocados a comparecer a esta Casa, no dia 1 de julho às 17h, os seguintes Secretários, Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretário da Casa Civil e Secretário de Estado de Finanças para prestarem explicações inerente ao Projeto de Lei referente a Reforma Administrativa

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Em discussão o requerimento do deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Não há mais matéria. Encerrada a Ordem do Dia senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, cumprimentamos o vereador Lourenil do município de Ji-Paraná, que se faz presente. Seja bem-vindo a esta Casa.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às Comunicações Parlamentares. Não há Deputados inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária no prazo de um minuto com a finalidade de apreciar em segunda discussão e votação as matérias votadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 12 horas e 59 minutos)

**ATA DA 17ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
PARA DEBATER SOBRE
A ORLA ÀS MARGENS DO RIO MADEIRA
Em 11 de junho de 2015**

Presidência do Sr.
Ribamar Araújo - Deputado

(Às 15 horas e 14 minutos é aberta a Audiência Pública)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual

Ribamar Araújo, realiza Audiência Pública para debater sobre a orla, às margens do rio Madeira.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Ribamar Araújo, proponente desta Audiência Pública; o Excelentíssimo Senhor Adilson Donizetti Oliveira, Promotor de Justiça, representante do Ministério Público do Estado de Rondônia; Senhor Roberto Santos Ferreira, Superintendente do Patrimônio da União – SPU, aqui no Estado de Rondônia; Engenheiro Ubiratan Bernardino, Diretor Executivo do DER; Professor Marcos Antônio Domingues, representando a Universidade Federal de Rondônia e o Senhor Naciél Soares Monteiro, Presidente da Associação dos Moradores da Figura A – AMFA.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de debater sobre a orla às margens do rio Madeira.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, convidamos a todos para ouvirmos o Hino Nacional (Letra de Joaquim Osório Duque Estrada e música de Francisco Manuel da Silva).

(Execução do Hino Nacional)

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar todos os convidados. Saudar o Excelentíssimo senhor Adilson Donizetti Oliveira, Promotor de Justiça, representando o Ministério Público do Estado de Rondônia; quero cumprimentar o Senhor Antônio Roberto Santos Ferreira, Superintendente do Patrimônio da União – SPU; cumprimentar o Engenheiro Ubiratan Bernardino, Diretor Executivo do DER; cumprimentar o Senhor Naciél, companheiro, amigo de Partido, Presidente da Associação dos Moradores da Figura A – AMFA. Em nome do Dr. Nelson Marques e do arquiteto Luiz Leite, cumprimentar todos aqui presentes; cumprimentar a imprensa; os funcionários da Casa; meus senhores, minhas senhoras, sintam-se todos cumprimentados. Muito obrigado pela presença de todos vocês.

Passo, agora, a palavra ao Mestre de Cerimônias para que faça a chamada nominal das demais autoridades.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhor Deputado Ribamar Araújo, de uma forma geral, as pessoas que nos visitam e também registrar a presença do senhor Francineudo Souza da Costa, ele é 1º suplente de Deputado Estadual, no Estado do Acre; senhor José Trajano dos Santos, geólogo, representante da SEDAM; senhora Roberta Martins Matos, Supervisora da filial da Caixa Econômica Federal; senhor Tenente BM Artur Luiz Santos, representante da Defesa Civil Estadual; Excelentíssimo Senhor Vereador Jarlei Batista, da Câmara Municipal de Alta Floresta do Oeste; senhor Edgar Isa, Chefe de Residência do Serviço Geológico do Brasil; Senhor Luiz Leite de Oliveira, arquiteto, representante da Associação de Amigos da Madeira Mamoré; senhor Nelson Marques, Coordenador Executivo do Gabinete do Governador; senhor José Ferreira da Silva Filho, Presidente da Associação dos

Moradores do Bairro Triângulo; senhores moradores do Bairro Arigolândia e dos bairros adjacentes.

E também um agradecimento a Vossa Excelência pelo convite para participar da Audiência Pública.

Ofício da Secretaria de Educação. “Com os nossos cumprimentos a Vossa Excelência, agradecemos pelo convite para participar da Audiência Pública, com o objetivo de discutir sobre a orla às margens do Rio Madeira, que acontecerá no dia 11 de junho de 2015, no Plenário dessa Casa de Leis, informando a impossibilidade de participação devido a compromissos anteriormente agendados.

Marionete Sana Assunção -Secretária Adjunta de Estado da Educação.

Também endereçado a Vossa Excelência, a Secretária de Educação, Titular, Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira, justifica a sua ausência em virtude de convites previamente agendados.

E também da Santo Antonio Energia, Comunicação Corporativa – Paulo Damião.

Agradecemos o envio do referido convite para a Audiência Pública, endereçada ao nosso Presidente. Mas informo que o mesmo ainda se encontra em férias, o que impossibilita sua presença.

Informo também que durante esta semana, nosso diretor técnico, assim como o Gerente de Sustentabilidade que poderiam representar nosso presidente na referida Audiência, encontram-se em São Paulo, em compromissos anteriormente agendados. Porém, independente da nossa inevitável ausência, reforçamos o interesse em conhecer este importante projeto relacionado à orla do Rio Madeira, em outra ocasião.

Este Ofício, vem da Santo Antônio Energia.

Justificou também a ausência nessa Audiência Pública, o senhor Superintendente de Negócios de Varejo e Governo do Banco do Brasil, Pio Gomes de Oliveira Júnior.

Agradecemos ainda a presença Araci Silva de Sousa, Presidente da Associação das Famílias Tradicionais e Pioneiras do Bairro Triângulo e do senhor Doutor Ernande Segismundo.

Pronto Deputado Ribamar.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado Lenilson.

Meus senhores e minhas senhoras. Na realidade esta Audiência Pública, eu só sou instrumento por ser Deputado Estadual e autor do Requerimento para que ela se realizasse, mas o mérito todo se dá ao amigo Naciel, morador aqui da figura “A” de Porto Velho, porque na realidade não existe sequer ainda um Projeto em nível de poder público, do nosso conhecimento, o único Projeto que existe é o que está na mão do nosso arquiteto Luiz Leite, um rondoniense nato de Porto Velho, a quem nós temos uma profunda admiração. Mas como dizem Naciel, que homem é do tamanho dos seus sonhos, e você é um grande homem.

Nesse momento, eu passo a palavra a você, ao amigo para que possa fazer toda a explanação e dizer do seu sonho na realização de um Projeto que deverá ser tão importante para todos nós de Porto Velho e de Rondônia. Passo a palavra ao senhor Naciel.

O SR. NACIEL SOARES MONTEIRO – Boa tarde a todos os presentes.

Eu queria cumprimentar o Deputado Ribamar Araújo, por ter aceitado essa Audiência Pública, queria cumprimentar o senhor Adilson Donizete Oliveira; senhor Antônio Roberto Ferreira Santana, ex-presidente de Patrimônio; senhor Ubiratan Bernardino, Diretor Executivo do DER; aqui o Professor Marcos Antônio Domingues que estava convidado aqui e não apareceu.

Bom, Doutor Ribamar, essa Audiência, eu pedi para o senhor, não é por mim, mas por toda a coletividade da beira do rio. Ao início dessa hidrelétrica, deveriam ter feito um pacto com todos os Parlamentares, o Governador, o Prefeito, sobre a orla, Doutor Ribamar. Teriam que ter feito, quando fizeram essa hidrelétrica, ter colocado a primeira coisa, seria orla, por que a orla? Porque quando fizeram essa hidrelétrica, colocaram para frente, jogando ela para dentro da cidade. Você pode perceber que ela vem ali pelo Triângulo, ela vem comendo, ela vem desgastando e isso vai chegar a um ponto, que vai destruir, Doutor Ribamar. Eu fiz um pedido antecipadamente, eu vou colocar, eu fiz um pedido para hidrelétrica, para ela formalizar aqui uma Audiência Pública há tempos, há dois anos e eles não deram conta, não falaram nada. Mas, eu vou colocar aqui, porque essa situação vem dando constrangimento a muitas pessoas, muitas pessoas da beira do rio. Eu nasci em Porto Velho, eu nasci no bairro da Arigolândia, eu conheço a nossa cidade e as pessoas ali, já saíram várias pessoas da beira do rio. Colocaram uma barreira de contenção, o senhor viu o que aconteceu com a barreira de contenção, ela está se desgastando, ela está caindo para dentro do rio. Eu bati foto há dois anos, eu tenho essas fotos aqui, ela está caindo. Não é para fazer uma barreira de contenção, é para fazer um muro de contenção e fazer essa orla. Então, quando fizeram esse contrato com a hidrelétrica, era para ter feito esse contrato e ter ao mesmo tempo já colocado a orla, porque a gente vê aí as cidades grandes, assim como Belém, Manaus até aqui, o Humaitá, Humaitá bem aqui pertinho, vocês sabem que tem orla, nós temos em Santarém, e diz: ah! mais o rio não sei o quê, não vai dar porque isso aí é um trabalho grande. Belém é muito mais fundo do que Rondônia, Manaus mais ainda, e fizeram ali na Ponta Negra, em Belém fizeram até em Icoaraci, lá dentro as orlas, a coisa mais linda, e aqui em Porto Velho, eu vejo também, se essa orla, se ela tivesse dado início com a hidrelétrica e tivesse sido feito, eu tenho certeza que Porto Velho teria melhorado 100% e em geral, desde os empresários, ganhariam, o povo ganharia. Eu vejo, tem um feriado de sexta, sábado, domingo, todo mundo vai embora de Porto Velho, porque nós só temos as três praças, a Praça das Caixas d'Água, a Praça da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e a Praça do Carmela Dutra, não temos aonde se divertir, onde a gente sair, e uma orla aqui é essencial, eu coloco ela como 7 km, todo mundo, eu tenho certeza quando chegar o seu sábado e domingo, ele vai para orla e são 24 horas funcionando. Eu digo, porque eu já morei em Belém, já passei em Manaus, eu vejo lá todo mundo se divertindo, todos ganhando dinheiro, todo mundo vivendo bem, as crianças vão... aqui não tem onde sair, todo mundo é preso, a gente fica preso nas nossas casas, a gente fica sem saber o que fazer, quando chega à época de um feriado longo, a gente vai embora daqui, sai daqui, vai para Manaus, para Belém, vai para outros lugares, vai até aqui para Humaitá mesmo, para o próprio Humaitá. Eu coloquei aqui, um demonstrativo como ficará a nossa orla no futuro, eu

tenho certeza que vai ter, porque eu vi um dia... um ministro veio e disse assim: "olha, nós vamos fazer uma estrada aqui, uma ferrovia dentro de Porto Velho". Pois, se trás uma ferrovia e não faz uma orla, uma coisa tão simples de fazer, tão simples de fazer? se Humaitá tem, eu queria que ele colocasse aqui como é feito... Olha, como era Porto Velho, como é Porto Velho hoje, olha aí, todo desgastado, nós não temos nada, a hidrelétrica, joga, vocês vêem que ela joga a água e vai desgastar aqui. Futuramente, eu tenho certeza que vai desbarrancar de 50 a 200 metros aquela parte alta até a igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, pode cair com muita gente dentro, porque o solo freático, está todo tempo molhado agora, ele nunca mais secou com essa hidrelétrica. Eu estou colocando prá vocês, um caso, isso é verídico, isso vai acontecer, internacionalmente o pessoal já sabe, muitos órgãos já sabem que isso vai acontecer, porque o solo freático, as nossas águas estão todas poluídas. Ontem teve uma reportagem lá no Leo Ladeia, até falar para o senhor, senhor Ribamar, sobre essa orla, o Leo Ladeia, ele colocou, chamou aquela empresa que tem ali ao lado do correio a CPRM e eles colocaram que 90% dos postos de Porto Velho estão contaminados e o nosso rio? Vocês já foram pescar nessa beira rio? Eu pescava hoje eu não vou mais, está poluído o nosso rio, o nosso rio está podre, está caindo essa água toda, porque se fizesse essa orla, eu tenho certeza faz um portão de contenção e trata a água antes e joga dentro do rio, como fizeram em Belém. Lá em Belém tinha um, chamado barreiro, era um lugar bem feio, mas morava milhares e milhares de pessoas, tiraram todo mundo e fizeram um trabalho bacana lá, a água cai no rio tratada, tratada. Aqui, está todo poluído, os peixes nossos estão poluídos, tem gente, olha, vou dizer uma coisa para vocês, os peixes nossos estão poluídos. Essa água que está se desbarrancando aí atrás do Galpão do Caiari, quem descer ali... lá eu meti uma vara de 03 metros, 02 metros são só de fezes, eu só levantei assim, e disse: meu Deus do céu! Ninguém ver isso! ninguém ver isso! Tem que fazer essa orla, tem que ser trabalhada para o nosso rio ser conservado, o nosso rio está sendo degradado. Se a nossa água, como eles colocaram ontem, de poço 90% está poluída e o nosso rio? E o nosso rio? Então, nós temos que trabalhar, nós temos que ter essa orla sim, e eu tenho certeza que todo mundo quer essa orla, isso melhora a cidade, isso dá um ambiente, dá um cartão postal, dá uma credibilidade à cidade, entendeu? Os turistas virão aqui com outros olhos. As vezes eu trago um amigo meu lá de Manaus, um amigo de Goiânia, eles dizem: rapaz, aqui não tem nada, meu irmão! não tem nada! Realmente, não tem nada para o camarada, não tem uma área turística, não tem. Então, vamos trabalhar em cima. Eu coloquei esse esboço aí, isso é antigo, isso aí está acontecendo, está ali, o rio, a hidrelétrica joga lá dentro e vem... Com tempo, isso aqui vai desmoronar, vai desbarrancar isso aqui, isso vai cair, isso vai dar um prejuízo e vai levar vida de pessoas, vai levar vida de pessoas. Eu estou antecipando aqui o que pode acontecer. Vejam dentro do rio uma orla, tantos quilômetros tem essa orla aí, uma coisa bonita e não é difícil de fazer, isso não é difícil de fazer, isso é fácil. Pega lá desde a ponte até na hidrelétrica, dá para fazer Deputado Ribamar, é só a gente querer, é só a gente trabalhar, se a gente quiser e todos nós moramos... quem não quer andar num lugar desses? é uma orla, olha aí, ela vai embora como se fosse à hidrelétrica,

eu tirei um espelho como se fosse a volta da hidrelétrica, olha só de gente, todo mundo bem, todos satisfeitos. Isso trás turista, isso trás dinheiro, isso traz melhoria para a cidade. Eu coloquei essa parte aí, eu estou colocando para vocês como fica uma orla. Vai lá na hidrelétrica, todo mundo vai andar aqui, passear, gastar o seu dinheiro aqui, não vai para fora como está acontecendo. Eu coloquei essa outra aqui, olha aí, poxa, isso pode acontecer, é só a gente querer, só a gente querer. Então, eu estou aqui conclamando aos nossos Parlamentares, as autoridades, o Antônio sempre me ajudou, o Dr. Ribamar Araújo, sempre me ajudou em todos os sentidos os meus pedidos, graças a Deus está tudo sendo concretizado. Eu quero agradecer aqui o Antônio pela colaboração que ele está fazendo com a gente na Figura A. Nós somos oito bairros e nós estamos sendo penalizado, e com isso aqui, não é só nós que vamos ser beneficiados, mas toda a coletividade, o pessoal do interior. Quando a gente anda nesse interior... vocês já viram que é a coisa mais linda os interiores? os municípios nossos aí e Porto Velho não tem, fica do mesmo jeito, do mesmo jeito, mais por quê? Eu queria sabe. É por isso que eu puxei essa Audiência, eu queria que nós debatêssemos e que as pessoas que estão a par dessa situação, que hoje esclarecesse aqui e desse posteriormente algo que pudesse vir beneficiar essa população. E nós colocamos aqui Humaitá, Humaitá é bem aqui, vocês sabem que Humaitá é um município do Amazonas, tem uma orla, olha a coisa mais linda lá, e nós não temos. Nós fizemos aquele Porto ali, nós não temos um projeto, para dizer que nós não temos, o Dr. Ribamar falou, nós não temos projeto viu Doutor, eu procurei na Secretaria de Planejamento, não tem projeto. Tem projeto do Parque das Águas, só, o qual não vai ser concretizado, me parece que foi recusado, eu não sei o que aconteceu, mas não vai ser feito esse Parque das Águas. Mas, nós vamos trabalhar em relação a isso, porque é para benefício de todos nós. Nós vamos morrer, nós não somos pedra, nós não vamos virar pedra aqui, nós todos vamos morrer, mas vamos deixar para os nossos filhos, nossos netos, algo de melhor nessa cidade. Foi por isso que eu provoquei essa reunião Dr. Ribamar, para darmos início, como fizemos aqui com o companheiro Antônio, sobre a titularização das terras, e graças a Deus, não é Antônio, estamos concretizando. Então, eu queria agradecer a todos os presentes, e que almejemos... hoje, conheci essa luta dessa orla de Porto Velho.

Muito obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado ao senhor Naciel.

Passo a palavra neste momento, ao Dr. Antônio Roberto Santos, Superintendente do Patrimônio da União.

O SR. ANTÔNIO ROBERTO SANTOS FERREIRA – Primeiramente, boa tarde a todos, especialmente ao Deputado Ribamar Araújo pelo convite para participar desta Audiência. Confesso que foi pego, me foi pego de surpresa, não sabia exatamente qual era o tema. Dr. Adilson Donizetti, prazer em conhecê-lo, o Ministério Público que ao longo do tempo, Patrimônio da União, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado, estamos fazendo vários trabalhos conjuntos, já agradecer aquela instituição, Ubiratan, meu antigo e velho

companheiro da engenharia, prazer em revê-lo; Naciel, que em vários momentos tivemos em polos contrários com brigas intensas, mas, graças a Deus com apoio da Assembleia e aqui registrando o Deputado Ribamar; o Deputado Jesuíno Boabaid, que demos aquele, dentro da legalidade que é fundamental, os primeiros passos para transferência, como eu digo, da dificuldade que temos das questões legais da União, mas, que agora tem encaminhado para a sua transferência ao município de Porto Velho e aí Porto Velho está recebendo os moradores dessa região, recebeu o domínio e a propriedade das suas terras. Em nome da Araci, da Associação do Triângulo... que tanto estamos sofrendo e acompanhando os problemas dos moradores da região tradicional do bairro Triângulo. Saudar, lá em cima, quietinho está o senhor Maciel, meu companheiro de lutas, as questões sociais, prazer em revê-lo Maciel.

Bom, senhoras, senhores, eu gostaria de em cima do que foi dito pelo meu companheiro Naciel, fazer algumas colocações onde o Patrimônio da União tem a sua atuação. Por se tratar do Rio Madeira, um rio federal, os seus terrenos marginais são terras alienáveis da União e, portanto, toda e qualquer obra tem que ser passado por nós. Hoje, oficialmente, Deputado, oficialmente, formalmente, eu só tenho um projeto em trâmite no Patrimônio da União que é o Parque das Águas que é a região do baixa da União, ali no Triângulo e baixa da União, entre a avenida Rogério Weber com rio Madeira e da Rio de Janeiro aproximadamente até onde é camelódromo e feira do produtor. Aquela região é um projeto da arquiteta Rosa Kliass, está bem avançado. O projeto já existe, o recurso inclusive já estava na Caixa Econômica, e parte desse recurso, eu não tenho a informação formal, eu tenho informação informal de que foi devolvido uma parcela por não aplicação pela prefeitura de Porto Velho, é um pedido da prefeitura de Porto Velho da gestão do prefeito Roberto Sobrinho, até o projeto na época, quem lutou por ele foi a então Secretária Fernanda Kopanakis. Foi feito um projeto, aliás, um excelente projeto, seria até interessante a Assembleia pedir a apresentação desse projeto, registrá-lo aqui, é um projeto muito bem elaborado, um projeto bonito, não sei se aqui comunga, os arquitetos têm as suas diferenças, não é Luiz Leite? mas é um projeto que com certeza, guardando as suas devidas referências, é um projeto muito bom que realmente muda a cara da cidade. Concorde com o Naciel, há necessidade realmente de que cara de Porto Velho seja virada para o rio, que é a nossa beleza natural e a nossa beleza do homem que é a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré... então, nós temos essa situação que é o projeto Beira Rio, o projeto, aliás, Parque das Águas. Nós temos um outro que está em constante discussão e ele na verdade acaba conjugando desse projeto Parque das Águas, que é uma das compensações das hidrelétricas, nós já debatemos isso em várias reuniões do Ministério Público com a Dra. Aidée, que é quanto o funcionamento da Estação da Madeira-Mamoré, ou seja, recuperaria a estação e funcionamento do trem da estação até a igreja de Santo Antônio. Existe ali uma problemática que é a desocupação, em especial da faixa de segurança da linha férrea, e ali entra um conflito de quem vai fazer. Era interessante se a prefeitura de Porto Velho estivesse... porque a Santo Antônio Energia alega que o problema é da prefeitura e a prefeitura alega que o problema é da Santo Antônio Energia, e para nós do Patrimônio

da União é necessário uma definição de quem vai ser o operador da área, quem vai realmente administrar, lógico guardando as devidas responsabilidades ambientais, as responsabilidades de segurança. Então, dentro dos projetos, as questões ligadas a confecção das licenças e resguardo. Então, em relação ao Patrimônio da União não coloca nenhum óbice no repasse da administração dessa linha, portanto é uma coisa que depende logicamente de quem vai ser o seu gestor, e essa definição que é um problema que está não resolvido.

Eu gostaria de expor mais dois problemas que é importante constar, e um deles a comunidade do Triângulo, com as cheias do Madeira, as famílias praticamente todas foram intensamente atingidas, é uma área que eles exerciam uma ocupação já centenária e o Patrimônio da União, ou seja, uma terra da União, só que com o rio Madeira ter chegado ali não temos muita ação para repassar eles para outra área, mas o rio Madeira que deslocou eles dali e hoje eles passam uma dificuldade muito grande, nós temos uma tentativa de projeto. É uma gestão que o município de Porto Velho está procurando fazer agora bem recente, aliás, foi numa reunião na semana passada, estivemos com a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Regularização Fundiária, onde a Prefeitura de Porto Velho terá que fazer uma gestão junto ao Comando do Exército para que este, destine alguma área para relocar para que não percam a identidade com o rio. Então, essa é uma coisa que não depende tanto do Patrimônio da União, e sim novamente da Prefeitura de Porto Velho numa gestão junto ao Comando do Exército para uma relocação dessas famílias. Então, esse é um dos problemas que nós temos nessa parte urbana e marginal, do terreno marginal. Agora, nós estamos enfrentando uma outra situação porque o Patrimônio da União está dando apoio aos moradores e essa é um pouco mais complexa por envolver questões de discussão no Judiciário, que é a comunidade de São Sebastião, ou seja, da ponte do Madeira até quase chegando a hidrelétrica, tem uma faixa de terra no terreno marginal da União onde o limite está em torno. Eu não quero que seja rigoroso esses cem metros, mas ele varia na ordem de cem metros da beira do rio para o terreno alodial, ou seja, para o terreno firme, e essas famílias residem também há muitos anos e, mas infelizmente, existem algumas discussões judiciais querendo tirar essas famílias dali. Quero registrar porque por enquanto, é uma discussão, está na Justiça Estadual, nós estamos conversando com o advogado das famílias para remeter isso para a Justiça Federal, só que a gente fica um pouco sensibilizado com essa questão porque trata-se de famílias antigas que ali estão. Tem inclusive cemitérios antigos e que eles estão sendo afetados por essa questão de especulação imobiliária do outro lado, e eu sei, e nós temos conhecimento de que o outro lado tem as suas reservas, a sua área de proteção permanente, as APAs que ali estão e que foi inclusive uma lei votada nesta Assembleia. É interessante fazer também esse monitoramento dessa situação. Naquilo que se trata para fazer qualquer obra dentro desses terrenos marginais da União, eu já coloco de antemão, Naciel, Deputado, de que seguindo todos aqueles trâmites que a legislação, não é infelizmente, que a legislação nos obriga e que na verdade são seguranças jurídicas que ela impõe, o Patrimônio da União não colocará nenhum óbice para execução dessas obras, e já me coloco aqui, enquanto a legislação não

cerceia essas possibilidades, logicamente a legislação pede garantias para que isso seja feito com toda segurança e, lógico, com todos os rigores técnicos necessários, para não trazer maiores danos. Então, basicamente, Deputado, é isso que o Patrimônio da União tem a dizer e ficamos aqui a disposição para qualquer dúvida e esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado, Doutor Antônio.

Passo a palavra neste momento, ao senhor Nelson Marques.

O SR. NELSON MARQUES – Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ribamar Araújo, demais autoridades que compõem essa Mesa, os nossos amigos que estão presentes aqui nessa Audiência.

Quero registrar a presença do tenente Artur, da Defesa Civil do Corpo de Bombeiros; nosso colega o geólogo, doutor Edgar Herrera, residente da Companhia CPRM, e dizer ao nosso amigo Naciel e ao Deputado Ribamar Araújo, que há uns 60 dias eu recebi um convite do Excelentíssimo senhor Governador para participar da coordenação de um novo projeto referente a orla. Então, eu queria informar aos senhores que já existe um terceiro projeto, um projeto que tem uma amplitude, me permita discordar de você Naciel, talvez, seja o projeto mais complexo em termos de Tecnologia, de Engenharia e de ações governamentais como foi exposto aqui pelo nosso amigo Antônio. Nós estamos há 60 dias, e quais foram as ações que nós desenvolvemos nesses 60 dias? Primeiro, saber qual a extensão desse projeto, Antônio? Esse projeto nasceu em função do ocorrido das enchentes, foi um projeto embrionário que nasceu na Defesa Civil, no Corpo de Bombeiros, com extensão de cinco quilômetros. Esse projeto inicialmente seria do Marco Zero da Cachoeira, da Hidrelétrica de Santo Antônio, até as proximidades da Rotunda da Estrada de Ferro.

Quando eu aceitei esse convite para coordenar esse projeto, eu entendi que por ser um projeto que requer conhecimentos multidisciplinares na área de engenharia, na área de geologia, na área de hidrologia, na área de estradas... Nós primeiro fizemos um levantamento de quais órgãos, quais atividades deveriam estar envolvidas ali. E digo para você, apesar de eu já ter gerenciado outros grandes projetos neste Estado, esse talvez, seja o maior desafio profissional que hoje eu estou enfrentando. A missão que me foi dada eu vou trabalhar, nós vamos trabalhar com os profissionais que estão lotados nos diversos órgãos em nível de governo e outros órgãos envolvidos.

Nós, entendendo da necessidade de primeiro desenvolver a parte conceitual do projeto, procuramos alguns órgãos que hoje estão nos dando apoio e, eu queria registrar aqui doutor Edgar, que nós fomos ao CPRM, fomos muito bem atendidos. O recurso que nós temos hoje, destinado para esse projeto é um recurso ínfimo em relação a dimensão desse projeto. O que temos hoje na dotação orçamentária no corpo de bombeiros é da ordem de R\$6.000.000,00, que é insignificante em relação à relevância e a dimensão do projeto, e tentando minimizar os custos nós exatamente procuramos aqueles órgãos que poderiam nos fornecer dados que minimizassem esse custo. Em relação ao CPRM, depois eu gostaria até, doutor Edgar, que

o senhor fizesse uma exposição porque eu não tenho esse conhecimento técnico, mas quanto a questão da batimetria do rio, foi feito um estudo de batimetria anterior, sem muita precisão, e até sem referência, porque não se tinha ainda a construção, ou melhor, já havia sido construída a hidrelétrica, eles não tinham a referência anterior da batimetria anterior do rio anterior a essa construção. E nós estivemos lá no CPRM, a CPRM se predispôs a fazer esses estudos de batimetria, ele vai falar um pouco, que na realidade já está concluído para a nossa felicidade, isso já dentro de 60 dias, ele está só dando uma formatação, fazendo uma revisão dos resultados do estudo que foi feito, mas eu vou deixar para o doutor Edgar falar sobre isso com mais precisão. Procuramos também... esse projeto é um projeto que envolve a questão ambiental, de forma bastante singular. Eu diria que 50% dos problemas que nós vamos enfrentar estão relacionados à questão ambiental. Nós também já designamos um técnico na SEDAM que está nos acompanhando, nos auxiliando, nós já estamos formulando um termo de referência, com qual objetivo? Um objetivo de fazermos uma licitação para que nos deem de consultoria, algumas soluções de engenharia, porque essa solução de engenharia não vai ser uniforme, como o senhor expôs aqui, da hidrelétrica, até o arco que pretende o governador fazer, 20 quilômetros de orla. São 20 quilômetros de orla. Inicialmente quando eu peguei esse projeto para dar uma avaliada, eu percebi que nos cinco quilômetros iniciais que era o projeto embrionário, tenente Artur, as intervenções seriam feitas apenas na margem direita do rio, e eu achei por bem discutir com os técnicos porque eu entendo que qualquer intervenção que se faça na margem direita, talvez por lógica, vá ter algum reflexo na margem esquerda do rio. Então, eu conversando com os técnicos da área, nós, também, estamos estendendo o estudo para a margem esquerda, esse não pode ser um projeto estanque, ele não pode ser um projeto pontual, nós não podemos ver apenas aqueles cinco quilômetros que inicialmente estavam previstos. O senhor Governador, também, pretende fazer desse projeto o que inicialmente era um projeto de prevenção de contenção e de mitigação das enchentes, pretende fazer um projeto urbanístico que envolva mobilidade urbana, que envolva áreas de lazer. Foi muito interessante a sua exposição aqui, porque está exatamente indo ao encontro ao que pretende o Governador. É a missão que ele nos tem passado. Eu preciso registrar que em função daquele problema das enchentes que tiveram aí, nós já estivemos com o doutor José Neumar, lá no SIPAM, que também nos atendeu muito bem, com a doutora Ana Cristina Estrava, que é uma pessoa que entende muito dessa área e conhece profundamente o que ocorreu aqui. Nós, ainda informalmente, externamos para ela, fizemos uma exposição do que nós pretendíamos, o SIPAM se colocou a disposição, vai nos auxiliar com os dados que tem, com as informações que tem. Nós também já estivemos com o Secretário Municipal de Planejamento, viu Antônio? ele nos fez uma exposição sobre o Projeto Parque das Águas, que para mim, eu não tinha conhecimento, é um projeto pelo menos pela exposição que foi feita, é muito interessante, mas que, de certa forma está prejudicado em função das enchentes, e tem que se fazer algumas adequações. Nós, no momento oportuno, estaremos procurando as entidades ligadas ao Patrimônio Histórico, nós estivemos e aqui também quero

deixar registrado, nós solicitamos, fizemos uma reunião com a gerência do Consórcio Santo Antônio, solicitando todas as informações que eles têm em relação a esse leito aonde fizeram aquele enrocamento, eles nos passaram, inclusive um projeto de revitalização que inicialmente foi o que o Antônio expôs aqui, que tem um entendimento com a Prefeitura de fazer. Esse projeto era um projeto básico, mas que tem um certo conhecimentozinho da área de engenharia é quase um Projeto Executivo e nos foi colocado que esse projeto tem que ser feito, porque exatamente em função da quota, foi um projeto anterior e com a subida da quota das águas, ele tem que ser feito em alguns pontos. Então, eu queria externar à Mesa, ao Dr. Deputado, ao Excelentíssimo Deputado Ribamar Araújo, que já existe essa iniciativa do Governo, nós estamos trabalhando, e vamos também... queria colocar para o Excelentíssimo Promotor que vamos fazer esse trabalho para à passo com o conhecimento do Ministério Público, para que não tenhamos que retroceder nas nossas ações, pois ele é um projeto que está muito, eu estive conversando com o Dr. Ubiratan do DER, nós precisamos aumentar o nível de discussão interna no Departamento de Rodagens e na Secretaria de Obras, porque eu acredito que, talvez, esse seja o projeto mais complexo em termos de engenharia que nós teremos no Estado de Rondônia, portanto nós temos que levar em consideração a macrodrenagem do município. Especificamente, ali, Antônio, naquela região da Arigolândia, nós temos que ter um certo cuidado, porque me parece... Eu já estive até durante um dia, eu fiquei fazendo esse trajeto com alguns técnicos aí no rio, tem algum escoamento de água pluvial ali que precisa ser dado um tratamento adequado, e a ideia de nós fazermos esse termo de referência é exatamente para nós conhecermos quais são as soluções de engenharia que nós podemos ter ao longo desse percurso, desses 20 km. Então, eu estou à disposição lá no gabinete do Governador, nós temos a nossa equipe técnica que ainda é muito enxuta, mas nós estamos na realidade trabalhando na parte conceitual, exatamente para que a gente não possa retroceder nas nossas ações, mas nós pretendemos envolver todos os órgãos que são afetos a esse Projeto.

Então, meu muito obrigado, e eu estou à disposição para alguns esclarecimentos que possa ser feito.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado, doutor Nelson Marques, coordenador executivo do gabinete do Governador. Queria saudar aqui a Dra. Vanda, da OAB, e passar a palavra neste momento ao Dr. Luiz Leite, arquiteto, representando a Associação dos Amigos da Madeira Mamoré.

O SR. LUIZ LEITE – Boa tarde! Dr. Ribamar Araújo, é um grande prazer está aqui com o senhor nessa Presidência. O senhor é uma pessoa a qual nos admiramos, nós rondonienses, admiramos e o senhor sempre está do lado desse povo, caboclo, ribeirinhos, entende? E eu não estou preparado para falar sobre o que eu escutei aqui, eu estou meio estarecido, de ver que ninguém está sabendo o que vai fazer. Agora, ninguém saber o que vai fazer, parece que nós estamos entrando numa questão de risco. Eu estou dizendo isso pelo fato de Porto Velho é uma cidade que começou planejada, Porto Velho foi planejado nos Estados Unidos, e essa parte baixa que é uma várzea, a Madeira Mamoré foi construída do

ponto zero até Guajará-mirim sobre um aterro, tudo entra água aqui, essa parte do centro da cidade aqui, onde está o Cai N'água, vai lá pelos tribunais e tal, ali também tudo foi uma área que foi elevada. Aqui, Santo Antônio como vocês sabem que não podia se iniciar a Madeira Mamoré porque era um antro de doenças. Eu acho que ninguém falou da Madeira Mamoré, ninguém falou desse povo que está sofrendo essa agressão trazida pelas hidroelétricas de Santo Antônio e do Jirau. Sabe, quando eu ouvi falar em Parque das Águas, essa imundice, nós não precisamos de Parque de Água, a água está sendo jogada, é um parque, será que é isso? Será que é um parque? Para que Parque de Água? Estou insistindo. Agora, eu vou falar uma coisa que ninguém sabe. O Governo do Estado de Rondônia... Cadê o rapaz que falou agora? Seu Naciel, cadê ele? É você. Você está sabendo que o Estado de Rondônia tem um projeto desta orla, e que esse projeto foi premiado internacionalmente? Você sabia que esse projeto que leva daqui de Porto Velho até o km 8, foi uma licitação nacional na qual o Luiz Leite de Oliveira, arquiteto, venceu uma licitação? Vocês falaram tudo, menos desse projeto, desse projeto que já existe, que o Estado de Rondônia tem o compromisso, de pelo menos procurar onde ele está.

Primeiro, pegaram parte desse projeto, desse projeto, ouviu seu Naciel? parte desse projeto, roubaram, fizeram uma tentativa de outro trabalho, só que se apropriaram da minha propriedade intelectual. Desculpe o arquiteto, é um cara meio emotivo, ele tem que falar pelo coração. Então, eu me vejo, quando eu fiz um trabalho que me pareceu que foi a melhor obra da minha experiência profissional, foi uma das obras que eu absorvi toda a minha experiência, coloquei toda a minha sabedoria, coloquei toda a vivência popular, a nossa história, tudo nesse trabalho. Esse trabalho, não foi feito, eu vou ser sincero, porque tinha que ser feita as hidrelétricas de qualquer maneira, mesmo que a cidade de Porto Velho fosse para o fundo. E como o Naciel falou, está aqui, estão jogando para cima, o direcionamento, o tsunami está se jogando para cima da cidade de Porto Velho. Agora, esse projeto que eu fiz, Projeto de Restauração e Elementos de Integração da Estada de Ferro Madeira Mamoré e Beira Rio, ninguém citou, viu, meu senhor? Está lá nos seus gabinetes. E foi pago, esse projeto foi pago pelo Estado de Rondônia. E não foi porque eu era amigo do Governador, foi feito porque eu ganhei uma licitação nacional e meu trabalho foi o que mais teve aproximação para o que se deveria fazer. Só que as Usinas vieram depois. Mesmo assim, eu previ um anel, porque o rio Madeira é um rio em formação. Eu previ um anel nessa beirada toda aqui, de rio, e toda essa beirada de rio, descia, íamos à de Santo Antônio. Fizemos esse trabalho, está aí, está registrado. E assim, com relação à Madeira Mamoré, havia necessidade desse trem nunca mais andar. Não é para andar mais, não. Esse trem não era para andar mais. E é por isso que estão fazendo isso, fazer uma... colocar uma tinta numa locomotiva: 'o que é que houve, com a Madeira Mamoré?' Não, ela é tombada viva. Ela é tombada para o trem andar, não é até o KM 7, não. Ela é tombada pelo IPHAN até no KM 8. Quer dizer, fizeram uma hidrelétrica num espaço tombado nacional, e tombado pela Constituição do Estado de Rondônia, meu senhor. É preciso ter sensibilidade da parte do Governador, e saber que ele não pode fazer qualquer coisa aqui. E o pode acontecer? O que vai acontecer, é que nós

precisamos, como o meu projeto já previa, elevar diques, já precisava ter diques, já precisava. Essa Beira Rio, que eu fiz também, não precisava nenhum exemplo, o que é que aconteceu? Pegaram alguns pontos, se apropriaram, foi aquele porto metálico que tem ali, projeto meu. Como é que eles pegaram? Agora, como que eles derrubaram prédios da Madeira Mamoré? Como é que eles pegaram os trens, parou definitivamente, tem 09 anos que esse trem não anda e está tudo aí para não andar mais. O que essas Usinas estão fazendo com esse trilho de Porto Velho até Guajará-Mirim? Aquela ponte que eu não conheço, ainda, não fui lá, a Ponte do Caracol, é uma ponte que é inversa, ela é toda metálica, falar em engenharia, ela é toda, ela é inversa da ponte de Jaci-Paraná, porque ela é por cima, essa é por baixo, só que o desenho é outro. Então, a ponte de Jaci, a ponte de Mutum Paraná, entende? Agora, acontece... E como se destruiu o Bairro do Triângulo: 'Ah, vamos transferir esse povo daqui, esse povo tem que ser levado para lá...' Não, ele tem que ser colocado lá de volta. Fazer como fizeram, sabe aonde? Na Holanda, suspender as terras e colocar o nosso bairro ribeirinho, porque o único bairro ribeirinho de Porto Velho era o Bairro do Triângulo, entende? Nós não estamos aqui para... Eu não estou aqui para ouvir o que eu ouvi aqui. O Governador tem que respeitar a nossa terra, ele tem que respeitar esse patrimônio que nós temos, ele tem que respeitar esse povo que mora há anos aqui, e não fazer como gado, levar para fora: 'vamos colocar ali porque agora aqui tem um parque d'água e não sei o que...' Parque d'água? Nós já temos um parque d'água, o ano passado foi um parque d'água mesmo! Foi ou não foi. Eu não podia vir aqui, sendo eu o autor de um projeto que resolveu tudo, inclusive resolveria hoje, mesmo com a imposição dessas Usinas Hidrelétricas. O Dr. Confúcio Moura, tem que respeitar o que está feito, que os governos anteriores fizeram. Não foi esse aqui, mas que foi feito há dez anos, entende? Na época do Bianco, ganhei essa licitação. Quase morro, porque ninguém acredita em rondoniense. Ninguém acredita que o rondoniense possa fazer alguma coisa. Parece que o rondoniense é um incompetente, ele está ali para ser uma vaca de presépio. Ele está ali para ser... o rondoniense foi, diz "olha, você está aí para ficar calado, porque nós que mandamos, é nós que somos assim, e vocês vão ficar aqui e nós estamos aqui..." Eu achei essa iniciativa espetacular, do pessoal da Figura A. Não é dizer: 'o que é que eles vão dar para nós, de esmola?' Não, é dizer: 'nós vamos exigir'. Está aí o meu trabalho de projeto e sei que ele está sendo copiado e plagiado. Pega o que tem de melhor e roubam essa propriedade intelectual. Roubam, sim! E o seu Governador, ele sabe que existe esse projeto. Ele sabe que existe um arquiteto chamado Luiz Leite de Oliveira, está entendendo? Sabe que existe.

O trabalho, hoje, do Ministério Público Federal, é fantástico, porque a Doutora Gisele Bleggi, essa mulher é uma guerreira. Ela não está com medo, não, ela está dizendo... só que ninguém se aproxima para dizer o que aconteceu, o que está por trás disso tudo, que jogada é que está acontecendo, está entendendo? Agora, todo mundo contra a Madeira Mamoré, todo mundo contra o patrimônio histórico, todo mundo contra todos. O IPHAN trabalhando pelas hidrelétricas, trabalhando pelas hidrelétricas! Entende? E eles, hoje, o Juiz Dimis da Costa Braga, condenou exatamente por essa negociação que está

havendo aí. Agora, está se pensando em fazer uma terceira hidrelétrica. Ferramos! Estamos ferrados! O Estado de Rondônia, quer dizer, o pessoal de Guajará-Mirim, não está falando porque existe uma várzea de um lado e de outro da estrada, mas essa coisa é paliativa, vão fazer não sei o que. Não! Nós temos excelente, inclusive, tinha até um elevador de trilhos que eu fiz que ele descia da parte alta para a parte baixa da cidade, toda uma orla aqui de cima protegida de certa forma com beiral onde as pessoas pudessem andar e olhar para o rio Madeira. Toda essa, não só de estrada, mas ciclovia, para o pessoal andar até Santo Antônio. Então, ele existe, mas eu estou vendo que estão fazendo questão de pegar minhas ideias, só vão pegar, isso não pode ser gente, tem que respeitar o que existe. O que o Governo do Estado fez, o Governo que o Estado fez, e que realmente é a única solução. Eu trabalhei com toda a população, com o povo simples, com professores, com intelectuais, com ferroviários, e isso tudo está aí, estão nos entregando, não, tem que ser, é um programa de governo e tem que ser mesmo. Doutor Ribamar Araújo, eu sinto muito, mas eu sinto muito mesmo, em ver a nossa terra nas mãos de estrangeiros, como esses estrangeiros da época da Madeira Mamoré que nós tínhamos cinquenta e duas nacionalidades. Ali no centro da cidade, no bairro central, se falava no mínimo a beira de um piano, que tinha trinta idiomas. Portanto, essa terra tem uma cultura, tem uma tradição, inclusive trazido por nós brasileiros que viemos do Nordeste ou viemos do Amazonas, e tudo, isso não pode ser visto ou feito como se nada existisse. Então, eu quero mandar um recado para o Governador, um recado sim, para ele olhar nos arquivos e não permitir que roubem as minhas ideias para fazer outros projetos, e que esse projeto que eu estou me referindo, ele está ali, ele é todo infelizmente, eu não sabia, eu fui pego de, soube vinte minutos antes, porque eu ia trazer algumas imagens, ele é bonito, o rio Madeira é um dos rios mais bonitos do mundo. Então, esse rio aqui, falei nessa orla, essa orla que tem aqui, meu Deus do céu! Fazendo, e outra coisa, a orla, vai impedir o rio caminhar, porque ela vai ser mais alta porque aqui essa parte vai ficar mais baixa. Então, nós vamos fazer tipo um dique, como nos países baixos, como na Europa que é assim também. Agora, vai porque tem que ser feito, vai ter que ser assim pronto. O Ministério Público está trabalhando, estão vendo, já estão trazendo, vamos conversar sobre isso.

Agora, com relação a Candelária, estão loteando, a prefeitura loteando a Candelária, estão entrando na Candelária, no cemitério da Candelária, o cemitério que é uma onu, uma onu de mortos. Então, quero conversar com o senhor viú? sobre esse projeto. Vocês não vão passar, porque eu acho que é, nós... não adianta ficar no canto aqui, vamos ficar no canto, mas, eu gostaria que vocês lembrassem, tivesse a ética de procurar o arquiteto que fez o projeto e que começou a ser implantada na época, e que por questões políticas e necessidades de se fazer essa hidrelétrica de qualquer maneira... eu era superintendente do IPHAN, e eu concordava com as Esinas ou eu perdia o cargo, eu como... eu fui para tombar a Madeira Mamoré e tombei, eu sou responsável pelo tombamento da Madeira Mamoré em nível nacional, eu o Luiz Leite de Oliveira, mas mesmo assim, ninguém está respeitando. Então, é preciso ver que do bairro do Triângulo, nós da

Arigolândia, nós das Pedrinhas, nós ali, toda essa área, lá da beira, como... Derrubaram, agora, uma castanheira de cem anos. Tem que derrubar? Acabou-se. A Constituição no Artigo 264, diz que a Madeira Mamoré e toda essa área do rio Madeira, é protegida. O que aconteceu, com a lei chamada 1776, que fez com que a Madeira Mamoré e todo esse espaço fossem colocados com a Usina?

Era mais ou menos isso, e espero que tenha falado, é a minha forma de falar, não estou emocionado, é minha forma de falar, é isso. Mas, eu espero que esse projeto seja acompanhado pela população de Porto Velho, e respeitado o que já está aí aprovado e o que está dentro dos gabinetes do Estado de Rondônia, no Estado de Rondônia, dentro do seu governador Confúcio Moura. Eu gostaria de falar com ele sobre esse caso, gostaria de falar com ele sobre esse caso, porque isso não pode ficar da forma que está sendo feito, mais uma vez, fazer uma brincadeira de experiência. E era isso, me sinto de certa forma, pelo fato de dizer nessa oportunidade que tem o projeto, e ele é lindo, ele é maravilhoso, ele é técnico, ele é tudo, ele existe. Então, eu rondoniense, como arquiteto, tenho que colocar isso e tenho que exigir que seja, não esconder como está sendo escondido sobre quatro paredes, para que ele não seja lembrado e outra coisa seja feito.

Muito obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado ao Doutor Luiz Leite. Passo a palavra neste momento ao Doutor Ernande Segismundo.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto caminha para fazer uso da palavra o Doutor Segismundo, senhor Presidente Ribamar, cumprimento a senhora Vanda Arruda, advogada da OAB, pertencente a OAB logicamente, representante da Gerência de Programas Estratégias de Saúde.

O SR. ERNANDE SEGISMUNDO – Eminentíssimo Deputado Ribamar Araújo, demais autoridades aqui da Mesa, eu não conheço, autoridade aqui do nosso bairro da Arigolândia senhor Naciel do Correio. Senhoras e Senhores, eu vim aqui porque sou duplamente arigó, sou arigó porque meu pai veio da Paraíba, era cortador de seringa em 43. Então, eu sou beradeiro e arigó, e a segunda vez, porque o meu escritório fica aqui do lado desse prédio no bairro da Arigolândia. Então, eu também sou arigó, porque eu moro mais aqui do que em casa, passo o dia todo no escritório. Eu quero parabenizar inicialmente as pessoas que tiveram essa brilhante ideia, o Naciel, me parece que foi você e mais outros companheiros e o Deputado Ribamar Araújo, os responsáveis por essa Audiência Pública. Eu vim aqui porque uma coisa bem curiosa.

Tem várias obras em Porto Velho de relevância que estão paradas, jogadas ou não vão para frente, e por uma razão bastante simples. Os governos costumam fazer obras mirabolantes, bonitas, impactantes, mas se esquecem de chamar para debater os principais interessados nessas obras que é o povo, a população. Então, vêem as coisas tudo em pacotinho fechadinho e depois não funciona, depois não funciona. Por isso que eu achei essa iniciativa fundamental, e volto a parabenizar pela terceira vez porque a gente começa a

debater, afinal de contas a cidade é nossa, nós nascemos aqui, vamos morrer aqui e nós temos que cuidar do que é nosso. Quando eu era criança, tomávamos banho no rio Madeira, hoje em dia eu não chego nem perto porque eu tenho horror do Madeira, tenho medo, mas quando era criança entrava no Madeirão para tomar banho aqui atrás da guarda territorial e ali na rua onde tem o restaurante Caravela do Madeira e quando o rio estava muito seco, a gente chegava atravessar o rio de bóia, a molecada toda de bóia. Hoje em dia, nem pensar. E a gente ficava olhando: ah! Uma ponte aqui no rio Madeira, criança desinformada, nem faculdade tinha, televisão, só tinha um rádio, rádio Caiari, a Princesinha da Amazônia. Então, a gente imaginava que jamais seria possível fazer uma ponte no rio Madeira porque era muito largo. A gente não tinha noção de engenharia, de nada, não viajava, não sabia como o mundo funcionava. Então, achava que uma ponte no Madeira era uma coisa do outro mundo, nunca se faria e depois a gente começa a viajar por aí e ver que não é nada, a China, os caras fazem uma de 34 km em um terço do tempo que fizeram aqui do Madeira. E as hidrelétricas do Madeira. A primeira vez que apareceu essa conversa aqui, na nossa aldeia, de que iam fazer uma hidrelétrica no Madeira: ah, isso é conversa! Como é que você vai pegar e aparecer aqui um grande estudioso sueco, alemão, holandês e dizer assim: ô Madeirão, é o seguinte: “você agora vai para acolá, se afastar daí, arreda, vamos fazer uma obra”. Rapaz, não é que fizeram mesmo! Essa obra é algo monumental, como é que você pega o Madeira, afasta o Madeira para o lado, põe aquele ensacamento, o rio sobe, alaga o mundo quase todo e os caras continuam a obra deles. Então, eu trago essa reflexão senhores.

O Luiz, colocou aqui a questão da hidrelétrica. Luiz Leite em qualquer parte do mundo a lógica é a mesma, é porrada, eles vão entrando e vão levando tudo, quem tiver na frente quebra. Na China é assim, na Europa é assim, e a Europa tem pouca hidrelétrica, sabia disso, NE? A Europa não tem muita hidrelétrica como essa aqui, lá é mais Usina Atômica, porque hoje é o negócio mais limpo que tem. Então, o meu raciocínio sobre o assunto, nós fomos capazes de fazer duas hidrelétricas monumentais no Madeira e não fomos capazes, quando eu falo nós, as pessoas que conceberam, o Governo Federal, IBAMA, todo mundo, não fomos capazes de refletir o quanto isso iria complicar a vida de quem mora nessa terra e que não vai embora, vai ficar aqui, porque o que o Naciel colocou ali na foto, não precisa ser nenhum tecnólogo ou sueco para saber, qualquer beradeiro vai lá olhar. Quando pegamos a mangueira para lavar o carro, para aguar as plantas ou para lavar a calçada, a gente sabe que se você deixar a água na mangueira ela vai cair normalmente, se você represa, ela vai com força, qualquer criança sabe disso. Aconteceu aqui, represou a água aqui na baía e depois solta com velocidade, ela vai levar tudo. E esses caras dessa energia, eles não estão preocupados com nada, esse pessoal não tem... eu sou advogado de vários casos, advogo em vários casos, litígio desse povo, eles não têm nenhuma consciência patriótica, nem uma consciência social, nenhuma consciência ética, nem moral. Eles só têm uma consciência, a consciência do lucro, do lucro fácil, porque o negócio que você, é o único negócio que o sujeito investe e sabendo que não tem erro, não tem como dar errado, é como vender sonho de valsa e leite ninho, não tem quem não compre.

Pois bem senhores, então está aí Porto Velho pagando um preço altíssimo, e nós temos que fazer essa intervenção.

Aqui tem duas, existem duas orlas em Porto Velho, no Madeira. Tem uma orla ali, holandesa que está abaixo do nível do Madeira e tem essa parte de cima aqui, que pode vir todo o dilúvio de Noé que não vai chegar aqui em cima, é muito alto. E como é que vai fazer para resolver isso? O senhor trouxe informação importantíssima aqui, o Governo tem esse projeto, o Luiz Leite, tem um outro, não sei se vocês sabiam disso, mas é possível que não saibam que existe esse projeto, Luiz. O Governador, os técnicos que estão aí, esse projeto do Luiz Leite eu conheço, já vi, é projeto da época do Governador Bianco. Agora, precisamos conversar com a comunidade. O Governo, agora, chamou o Nelsinho, uma equipe para fazer o estudo, não é isso? Do projeto. Ai, já tem o Parque das Águas. Como é que você, olha como funciona o Brasil. O Brasil é todo desconectado, todo desconectado, já tem um projeto do Luiz Leite, que ninguém sabe onde foi parar, tem o Parque das Águas, que é o negócio do Roberto Sobrinho e ficou pelo caminho e agora tem o outro, que aí já está sobreposto. Por que, se já tem um projeto ali, e o Estado precisa de outro projeto? Então nós temos uma sobre projeção de projetos aqui. E por que nada funciona? É uma realidade, eu cheguei ontem de Cartagena das Índia, lá no Caribe, passei uma semana em Cartagena das Índia. Eu estava lá com minha esposa andando por ali tudo, as obras de engenharia dos espanhóis, os caras fizeram, um, eu não sei se alguém aqui conhece lá, fizeram um tal de Castelo de São Felipe. Rapaz, como é que os caras fizeram aquela obra, em 1650, uma engenharia complexíssima, alta, enorme, e a gente não consegue fazer nada aqui em 2015, em Porto Velho, nada funciona. Ah! Porque o Governo é ruim? É, o Governo é ruim, mas nós temos outros problemas para resolver. O Governo da Dilma não funciona, aqui está parado o viaduto, a BR 364 não funciona também, a ponte do Acre não sai, a ponte de Guajará-Mirim vai sair um dia, daqui a quatrocentos anos, o Governo Confúcio é ruim, fala-se que é ruim, o Mauro nem se falar. Agora, senhores, nós temos um outro problema de governo. Pode-se colocar o melhor governo do mundo para operar as coisas no Brasil que não vai funcionar, porque nós temos um problema precedente, a sociedade é ruim, nós temos um apagão tecnológico brutal hoje no Brasil, é ou não é? Quem é da área, vocês que são da área de engenharia, da área tecnológica, sabe que temos um apagão tecnológico.

O prefeito Roberto Sobrinho fez um projeto para restaurar a Vila Candelária, quando eu vi o projeto eu chorei de tão belo que achei... eu frequento ali o seu Manoel desde quando era vivo para comer o melhor tambaqui do mundo e aí aquela coisa maravilhosa, rapaz, não é que o diabo da obra não saiu, até hoje? Uma obrzinha vagabunda, por quê? Porque a empresa que pegou a obra faliu, a outra que veio também não funcionou. Então, nada funciona. O Roberto dizia o seguinte: 'nós precisamos privilegiar a iniciativa privada local', é legal isso, é bacana, né? politicamente correto, vamos privilegiar a empreiteira local, mas é tudo vagabundo demais, desculpa o termo aqui se tem algum empreiteiro, mas tudo quebra rapidamente, os caras fazem uma obra, no meio da obra quebra, some, acaba, esse é o problema que tem dos grandes projetos.

Para finalizar, Senhor Deputado Ribamar Araújo, tem alguns exemplos aqui do mundo inteiro, foi falado aqui da Holanda, eu fui lá. Os caras fizeram as contenções contra o mar, não é contra o Madeira, é o mar. Agora, lá em Cartagena eu peguei um taxi no aeroporto e perguntei: 'vem cá, mas isso aqui, essa obra aqui como é que funciona? 'Não, aqui não tinha nada', os caras tinham que fazer uma avenida na beira-mar e não tinha espaço, o que eles fizeram? Simples, aterraram o mar com um monte de pedra, fizeram lá um calçadão enorme e fizeram uma praia, eu falei 'é, mas na nossa cidade não dá para fazer isso não, você pode fazer isso no mar, mas no Madeirão é complicado', não é verdade? Não dá para você pegar o Madeirão e tomar 50 metros ali, fica difícil porque você vai desestruturar muito o rio, o rio é um órgão vivo, ele está ali fazendo o seu curso, e não dá para se chegar e agredir, já foi agredido muito. Cingapura, uma cidade, Estado lá da Ásia, na década de 50 era um lugar de pobreza, prostituição e droga, uma porcária, nada funcionava, e teve um sujeito que está vivo até hoje, veio aqui em São Paulo um dia desses, um arquiteto que chamou a sociedade, as pessoas e fizeram um pacto social civil, não partido político, chamou várias pessoas, artistas, intelectuais, líderes populares, fizeram um grande pacto naquela cidade e foram refazendo aquela desgraça toda e hoje é um dos lugares mais desenvolvidos do mundo, mais rico. Então, é possível fazer as coisas quando se quer. Barcelona, encerrando, Barcelona é uma cidade belíssima, a cidade mais rica da Espanha e que não tinha nenhuma relação com o mar, por quê? Porque tinha trem e os galpões dos armazéns na beira do mar. Então Barcelona não tinha papo, conversa com o mar, o mar ficava atrás dos galpões, quando foi na Olimpíada de 92 já estava tudo parado, desativado, e eles removeram todos aqueles galpões e fizeram o que a gente quer fazer aqui agora com bem menos recurso, muito mais pobreza, fizeram uma restauração urbanística impressionante e está lá. Hoje, a cidade de Barcelona é uma cidade que tem contato com o mar, o que não tinha antigamente. E Porto Velho é assim também, senhores, nós temos nossa Porto Velho que tem pouca ligação com o rio, então essa iniciativa do Governo e popular é importante para se retomar uma relação antropológica, uma relação poética, uma relação biológica com o rio, porque afinal de contas nós somos filhos do Madeira e somos filhos da floresta. Então, eu encerro aqui, me coloco à disposição desse movimento da comunidade para discutir mais isso, Não tem jeito, eu acho que essa reunião aqui é importantíssima porque é o pontapé inicial, mas ninguém vai resolver isso aqui em uma e nem em dez reuniões dessa, temos que debater, tanto o projeto do Governo quanto da prefeitura para poder melhorar essa cidade.

Obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente)- Muito obrigado Dr. Segismundo.

Passo a palavra neste momento ao senhor Edgar Isa, chefe de residência do Serviço Geológico do Brasil.

O SR. EDGAR ISA – Boa tarde a todos, Exmº Deputado Ribamar Araújo, demais autoridades.

Antes de mais nada gostaria de agradecer o convite e dizer que é um prazer poder participar deste momento que eu julgo que é um momento muito importante para a cidade de Porto Velho. Gostaria de agradecer em nome de todos os colaboradores da CPRM essa oportunidade. É um tema extremamente complexo, e muito mais complexo ele se tornou, principalmente depois dos últimos quatro, cinco ou seis anos, especialmente relacionados aos eventos de cheia. Eu tenho vários pontos que eu julguei necessário comentar aqui, são vários, mas eu vou tentar na medida do possível seguir uma lógica.

O Serviço Geológico do Brasil já vem fazendo levantamento hidrológico já há bastante tempo, mas a parte de levantamento batimétrico, ou seja, a parte de reconhecimento do fundo do leito do rio de uma forma organizada e sistemática ela por vários motivos que não vale a pena citar aqui, mas um deles é a questão de pessoal que todos os órgãos públicos federais passam, nós conseguimos iniciar esse projeto de reconhecimento em 2012, foi um projeto que começou pequeno, principalmente ali depois da barragem e que agora, este ano, em parceria, depois de algumas conversas com representantes do Governo Estadual nós resolvemos ampliar esse projeto. O Nelson pessoalmente foi a CPRM e depois de várias tratativas, nós resolvemos ampliar esse projeto desde a barragem até 18 quilômetros a partir da barragem, então é uma área extremamente significativa. Esse projeto já foi concluído, estamos apenas na fase de editoração, inclusive, eu já vi o resultado final, ficou simplesmente fantástico, porque a gente consegue agora ter uma idéia de como é efetivamente o fundo, o leito do Rio Madeira. Por que eu digo que o trabalho é inédito? Porque outros órgãos, outras instituições privadas fazem, mas de uma maneira muito local, mas o CPRM agora vai disponibilizar para a sociedade. Qualquer pessoa, qualquer cidadão comum, qualquer autoridade, é só visitar a nossa biblioteca e vai ter acesso a esse relatório. E esse trabalho vai ser feito de forma sistemática, a cada seis meses, tentando cumprir o período de cheia e o período de seca, para que possamos fazer essa comparação. A semana passada o Serviço Geológico do Brasil divulgou um trabalho falando sobre materiais de construção civil de Porto velho. Dentro desse trabalho, apesar de ser não correlato ao que nós estamos discutindo aqui dentro desse trabalho, inclusive o Promotor Donizete eu acho que ele até trouxe uma cópia, aí, desse material, ele tem um mapa que pode servir, um mapa Geológico que pode servir de forma geral, para dar subsídio aos primeiros trabalhos de reconhecimento geológico. Eu gostaria de provocar um pouco algumas questões.

Eu sou Geólogo, funcionário de carreira do Serviço Geológico do Brasil, morei aqui quando criança, em 1984, 1985, 1986, morei atrás da Embratel, atual prédio da Embratel, meu pai trabalhava na Embratel e eu morei quando criança, e quando eu retornei aqui, em 2009, meu avô disse que a cidade tinha explodido, e realmente a cidade não cresceu, a cidade explodiu. Dentro das provocações, eu não sei até que ponto os projetos novos que estão sendo sugeridos ou que estão sendo iniciados, eu imagino que isso esteja sendo levado em consideração, os projetos antigos eu não sei até que ponto, porque realmente eu não conheço, levaram em consideração a dinâmica do rio. Até para nós Geólogos e Engenheiros-Hidrólogos que fazem

parte do Serviço Geológico do Brasil, foi um tremendo choque as últimas cheias, principalmente a cheia história de 2014. Isso não era esperado. O volume de água que passou por aqui, cerca de 60 mil metros cúbicos, significa aproximadamente de 10 a 20 vezes mais do que passa no rio São Francisco, que é o maior rio do Nordeste em termos de volume de água. Imagine só, uma pessoa que tem uma vida alimentar desregrada na sua juventude e que na sua senilidade passa por um problema cardíaco. Essa pessoa passou a vida inteira consumindo um alimento que em algum momento provocou um problema de saúde. O nosso rio, gente, é só uma comparação para entendermos melhor, o nosso rio é um rio dinâmico, extremamente dinâmico, um dos rios mais dinâmicos do mundo, um dos maiores rios em volume de água e extensão. É o maior afluente da margem direita do rio Amazonas. Será que os Projetos consideraram essas cheias históricas e esses volumes? Será que foi considerada a questão de uso e ocupação do solo de forma desorganizada. Até o ponto que nós chegamos hoje? Até que ponto foi considerado a geologia local? Até que ponto foi considerado a geotecnia local? Até aonde eu sei o Nelson colocou alguns pontos bem superficialmente, mas eu entendi, há uma preocupação nesse sentido, nesse novo projeto. Qual será o comportamento do rio Madeira em 10, 20, 50 anos? Quem é que pode dar essa resposta para nós? Nós vamos fazer um projeto novo, vamos aproveitar um projeto antigo? Como será essa dinâmica do rio? Eu gostaria só de afirmar uma coisa para os senhores, se a cidade de Porto velho, hoje, tivesse de ser construída, imagine que não existisse a cidade de Porto velho e nós tivéssemos que construir uma nova cidade, com certeza, absoluta certeza, em termos geológicos nós não construiríamos onde nós estamos. A cidade de Porto Velho foi construída exatamente em cima do meandro erosivo, exatamente em cima de um problema que vai se agravar independentemente da presença ou não das Hidrelétricas. Isso é fato. A gente pode discutir uma coisa: a Hidrelétrica potencializou ou não, esse problema? A gente pode discutir isso. Agora, que esse problema iria acontecer de uma forma ou de outra, iria. Isso é fato. Eu vi um comentário do senhor sobre Cingapura. Eu conheço Cingapura, eu fui a Cingapura, e no momento em que eu visitei Cingapura eu andei de taxi e conversei lá com o taxista e falei: "olha está de parabéns, sua cidade é maravilhosa". Aí ele olhou pelo retrovisor e falou assim: "Você não sabe a que preço. Se você soltar um papelzinho no chão multa de mil dólares". O comentário é o seguinte: qual custo nós, rondonienses, eu me considero como tal por ter morado aqui quando criança e por já estar aqui já há algum tempo. Qual o custo que nós queremos pagar? Qual custo que nós podemos pagar? E qual custo nós precisamos pagar? Isso vai envolver uma série de interesses da população, eu vejo vários representantes da população, da comunidade aqui. O que nós realmente queremos para Porto velho? Eu vejo um projeto antigo ou um projeto novo, independente de qual seja, a melhor opção para que a cidade possa ser realmente reconhecida como uma cidade importante dentro da Amazônia, dentro do cenário Amazônico. Belém tem, Manaus tem, por que Porto Velho, não tem? Em termos Geológicos, o Serviço Geológico do Brasil se coloca à disposição, inclusive para acompanhar os novos projetos, os projetos de fundação de Geotecnia, de Geologia nós podemos acompanhar. Nós não

temos material físico para poder executar, nós nos colocamos à disposição para isso. Qualquer tipo de trabalho ou mapeamento de geotecnia ou geologia, todos os trabalhos voltados para o acompanhamento do rio Madeira em termos de hidrologia, volume, vazão de água, somos nós que fazemos e já fazemos há algum tempo. Inclusive, só para deixar registrado, o CPRM, agora em julho, vai automatizar todas as Estações Meteorológicas. Será o primeiro Estado da federação com todas as estações meteorológicas automatizadas, e o que isso significa? Significa que nós vamos ter, em tempo real, o controle de umidade, o controle de volume de chuva, o controle da quota do rio e isso, com certeza, vai ter o impacto muito forte em futuros projetos que sejam implantados aqui na cidade de Porto Velho.

Então, Deputado Ribamar Araújo, esse projeto é um projeto que realmente precisa ser estudado, em termos geológicos porque é um projeto extremamente complexo. Nós precisamos avaliar em todos os sentidos, independente das condições, de serem projetos novos ou antigos, nós precisamos avaliar criteriosamente, porque a posição hoje geográfica da cidade de Porto Velho é a posição menos favorável possível para a construção de um projeto dessa dimensão. Então, esse projeto tem que ser um projeto bem estudado, bem avaliado para que problemas futuros não ocorram.

Coloco-me à disposição.

Muito obrigado, o representante Nelson, do Governo Estadual, também me coloco à disposição para continuarmos essa parceria, e quem quiser, tiver interesse em conhecer o nosso projeto que foi concluído, será disponibilizado dentro de 15 ou 20 dias no máximo, na biblioteca da CPRM ele estará à disposição.

Muito obrigado a todos.

Boa tarde.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado Dr. Edgar Isa.

Passo a palavra neste momento a Sra. Araci Silva de Souza, Presidente da Associação das Famílias Tradicionais e Pioneiras do Bairro Triângulo.

A SRA. ARACI SILVA DE SOUZA – Dr. Ribamar, muito obrigado por esta Audiência onde podemos debater um tema muito polêmico. Em nome do nosso nobre amigo Antônio da SPU, eu congratulo todas as demais autoridades e em nome aqui do meu amigo Naciel, as demais pessoas que estão aqui no plenário prestigiando...

Eu sou filha de ex-ferroviário da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Meu pai veio de Santa Quitéria/CE para trabalhar na Estrada de Ferro, quando ele morreu a coluna dele parecia um “S” de Sena, de tanto ele colocar os dormentes aqui nas costas para fazer a manutenção dessa estrada de ferro. Esses projetos que estão sendo mostrados agora, o novo e o Parque das Águas, são projetos lindos, maravilhosos que vem para embelezar a nossa cidade, mas em nada, em nada mesmo vem beneficiar as famílias tradicionais do Bairro do Triângulo. Ou seja, eles vêm para excluir as famílias, para jogar as famílias na periferia, e de nada, de nada contribui para a nossa história, de nada contribui para as famílias viverem uma vida com a sua cultura, com a sua história, com as suas raízes. O Antônio, sabe da

nossa luta. Nós já vínhamos lutando há bastante tempo, o Parque das Águas veio para excluir as famílias, construíram aqueles lá na Estrada Três e Meio, lá na Rua Três e Meio, no Bairro Floresta, uns apartamentos de 40 metros quadrados para dar para nós, nós não aceitamos até hoje a gente não aceita. Porque nós temos nossas casas, são palafitas, mas são nossas. Isso daí é a nossa história, isso daí é a nossa raiz, de nada adianta você arrancar uma raiz de uma árvore, ela morre. Então, também a nossa história morre, se você arrancar as famílias tradicionais lá do Bairro Triângulo. Nós queremos a nossa história, nós queremos reviver a nossa família, tudo o que nós temos direito. Nós estamos lutando por uma área lá na estrada Santo Antônio, é uma área que é de frente ali para o Bosque do Madeira. Essa área é de domínio do 5º BEC, nós queremos reconstruir o nosso bairro lá, nós queremos reconstruir as nossas famílias lá. Nós somos, nós não chegamos ontem aqui, nós não somos invasores, como o Roberto Sobrinho falava, que nós éramos invasores. De nada nós fomos invasores, nós lutamos por uma vida digna, nós lutamos por uma história, por uma cultura, esses projetos que estão falando agora, será que eles vão ser viáveis? Eu vi na mídia que eles estão fazendo Audiência Pública em Manaus para privatizar o rio Madeira. Isso daí é verdade? Se vão privatizar o rio Madeira, então para que estão fazendo esses projetos das Orlas? Fico me perguntando. Nós vamos ter que pagar para ver o nosso rio Madeira? Nós que nascemos e fomos criados ali, as enchentes vinham, nós estávamos acostumados com as enchentes, mas as enchentes iam embora. Até hoje, se o senhor for lá no meu bairro, o senhor vai ver que lá na minha casa, até hoje, a água não secou. Nós estamos, é para ser verão, as águas já eram para ter secado e até agora as águas não secaram. Dizem que as hidrelétricas não têm nada a ver com isso? Tem sim. Tem sim. Estamos aqui na história para contar isso, quando as enchentes vinham, a gente ia para a beira da linha do trem pegar um bico de pato, um mandi na beira do rio e fazia ali um fogaréu para a gente assar e comia o bico de pato. Mas a água secava e nós voltávamos de novo a nossa vida. Hoje, a minha casa foi destruída, ela está destruída, mas eu continuo lutando pelo patrimônio do meu pai, que ele deixou lá. Ele morreu, minha mãe morreu, mas nós continuamos lá, lutando e vou lutar até que meu pai do céu me leve, mas vou continuar lutando. Nós queremos, sim, continuar nossa história de vida. Nós queremos que esses projetos venham, nós não somos contra o desenvolvimento. Nós queremos a regularização, nós queremos o desenvolvimento desta cidade, nós almejamos isso, como filhos da terra, nós queremos, mas nós não queremos também ser tratados como meros invasores. É isso que nós clamamos, é isso que nós queremos, porque se não fossem os nossos pais, hoje nenhum de nós estaríamos aqui, nem eu. Queremos sim que esse desenvolvimento venha, mas não desenvolvimento que foi construído nos fundos dos nossos quintais e está destruindo o nosso bairro, nossa história, nossa cultura, e depois vem dizer que não tem culpa. Esse é um desabafo de uma filha da terra que não aguenta mais.

Muito obrigada.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado, senhora Aracy.

Passo a palavra, agora, ao senhor Arthur Luiz de Souza, Diretor da Defesa Civil estadual.

O SR. ARTHUR LUIZ SANTOS DE SOUZA – Boa tarde a todos, boa tarde Deputado Dr. Ribamar Araújo, Presidente da Casa, demais autoridades.

Eu queria, primeiramente, parabenizar a dona Aracy pelas bonitas palavras e queria dizer que daqui a alguns anos eu também vou ser, vou poder dizer que sou filho da terra, apesar do meu sotaque bem original, pernambucano, mas é aqui que eu estou criando os meus filhos e o tempo passa e eles vão poder falar com esse carinho que a senhora tem por Porto Velho.

Inicialmente, eu queria falar sobre as pessoas que eu conheci durante esse trabalho em Defesa Civil, desde 2012, comecei a trabalhar com defesa civil, mas foi em 2013 que realmente eu estive à frente da atividade, e aquele ano foi apenas um ano de aprendizado. E aí me deparei com uma enchente, e fui aprender a fazer defesa civil na marra. Foi em 2014, e é um ano que a gente não esquece mais, não é? Estou desde 1995 em Porto Velho, moro em Porto Velho desde 1995, e não tinha presenciado algo semelhante. E quando, finalmente, fui trabalhar com defesa civil, Defesa Civil Estadual, coincidiu com o maior desastre que o Estado já presenciou, com o início do meu trabalho também. Então, foi uma coincidência para mim, e isso foi valioso para mim. Então, nesse trabalho, eu acabei conhecendo a dona Aracy, o senhor Nelson Marques, o senhor Edgar, da CPRM, o senhor Ubiratan, foi mais recente, do DER e essas pessoas têm sido importantes nesse trabalho, porque tudo que tem sido feito no pós-enchente, tem passado por essas pessoas, tudo que tem sido feito. A atividade da Defesa Civil é apaixonante. Eu não sei até quando eu vou trabalhar com defesa civil, mas de tudo que eu já fiz, é pouco o tempo de bombeiro que eu tenho, sou militar desde 1995, conheci o Antônio que está bem aqui, engenheiro, lá no 5º BEC, trabalhamos juntos no 5º BEC, então sou militar desde aquela época, desde 1995, mas antes pelo Exército e agora sou bombeiro. Eu acredito que nunca vou exercer outra atividade dentro do Corpo de Bombeiros tão empolgante, tão apaixonante como a defesa civil. E isso passa pelas pessoas, conheci pessoas que me trouxeram muito conhecimento e isso eu vou levar, essas relações eu vou levar para o resto da minha vida.

Eu gostaria de falar para as senhoras e senhores sobre esse projeto, que é o Projeto Orla. Inicialmente esse projeto visava oferecer à cidade uma melhor condição de convívio, de coexistência entre cidade e rio Madeira, já que nós nunca tínhamos visto uma enchente dessa magnitude. Essa foi a mais severa de todas, que nós presenciamos. Quando eu digo nós, porquê após a chegada aqui em Porto Velho... Talvez se nós fôssemos retroagir a milhares de anos, infelizmente, não teríamos nem testemunhas, nem registro desses fatos. Nós vamos ter algo semelhante aí no decorrer da história, mas história geológica, não história humana, nós, com certeza, teríamos informações desse tipo. Esse projeto, visava dar uma melhor condição de coexistência entre cidade e rio Madeira. Então, é um projeto de prevenção e mitigação. O que significa isso? Significa que nós vamos buscar uma condição de que o Bairro Triângulo, o Bairro Arigolândia, o Bairro São Sebastião, não sofram com enchente e os desastres que essa enchente

pode vir a causar. Que tipos de desastres? Perdas humanas, desabrigamentos, desalojamentos. Então, isso tem consequências, tem prejuízos porque somos nós que pagamos, cidadãos. Eu estou falando não como militar, não como bombeiro, mas sim como cidadão, e através do meu imposto eu pago essa conta, à medida que todo ano tem que ser entregue cesta básica, todo ano tem que ser gasto combustível para tirar pessoas de área de inundação. Então, nós buscamos, através desse projeto, dar uma melhor condição de convívio entre pessoa, entre habitantes e rio Madeira. Esse projeto, foi crescendo. Nós buscamos recursos para que a Defesa Civil conseguisse pedir isso ao Governador e nós tivéssemos uma intervenção na cidade de Porto Velho, mas não mais para lucro, desenvolvimento ocupação e sim de segurança para a cidade. Nós então conseguimos esse recurso, mas inicialmente, nós temos que fazer estudos, e esses estudos são hidrológicos, estudos arqueológicos, estudos ambientais, levantamento topográfico, sondagens, e nada disso existem, prontos, não, condensado também não, consolidado também não. O que existe são produtos espalhados, separados e nós estamos tentando buscá-los. Nós temos que fazer estudos arqueológicos para fazer esse tipo de intervenção. Porque no decorrer de uma obra, vai surgir um caco de cerâmica antiga com talvez até com milhares de anos, isso vai parar a obra e a pior coisa que tem é uma obra boa, bonita, útil ser parada e o recurso depois que nós vamos finalmente retomar aquela obra, aquele recurso não é mais suficiente, o recurso não é mais suficiente. Então, nós não podemos nos esquecer que no decorrer de uma obra dessa magnitude, nós podemos nos deparar com um vestígio de uma civilização antiga que estava aqui antes da Estrada de Ferro, antes dos primeiros habitantes, antes dos primeiros seringueiros, para que nós finalmente consigamos ter uma orla bonita, útil e segura. Esses estudos passam, então, por arqueologia, hidrologia, sondagem, topografia, nós temos que juntar tudo isso. Após a conclusão desses estudos, nós passaríamos, para o projeto básico, projeto arquitetônico. Eu não sou engenheiro, não entendo nada de engenharia, é por isso que não é o bombeiro que vai fazer isso. O Bombeiro pediu, o Corpo de Bombeiro pediu, como Defesa Civil, para oferecer uma condição de segurança à população, senão nós vamos ter que fazer socorro, assistência e restabelecimento, são três palavras muito ditas na Defesa Civil todo ano. Socorro, que é tirar as pessoas da área inundada, assistência, colocá-las em abrigos improvisados, inadequados, mal feitos que foram feitos para outro local e não para Porto Velho, abrigos quentes, barracas que são fornecidas para nós, nós temos aquilo ali, são quentes, que não dá a mínima condição de uma pessoa ficar dentro se não for montada debaixo de um estádio, de um ginásio coberto de uma quadra coberta. Então, todo ano nós vamos fazer isso, vamos levar cestas básicas todos os anos. Então, nós vamos gastar nosso recurso, recurso de cidadão e não do Estado, o imposto pago por cada um de nós, todos os anos. Então, foi em busca disso que nós apresentamos essa ideia. Então, como nós faremos esse projeto? Alguém fará esse, alguém construirá essa orla, alguém fará essa intervenção. Nós temos aqui Defesa Civil, temos Geólogos, temos Engenheiros, Deputados, Médicos, nenhum de nós vamos fazer isso, nenhum de nós. Então, nós vamos ter que encomendar esse produto. O recurso que hoje nós temos

disponível dá muito mal para fazer os estudos que vão anteceder e a elaboração de um projeto. Após terminado isso, nós vamos realizar a elaboração do projeto básico, arquitetônico e tudo para, finalmente, com projeto básico e licenciamento ambiental, nós vamos aos ministérios, Ministério da Integração, Ministério das Cidades, vamos buscar recursos para a realização da obra. Foi falado sobre posição de projetos. É isso que nós estamos fazendo hoje, buscando informações de quem tem informação pronta, como o arquiteto tem pronto.

Como o Deputado citou aqui sobre o Parque das Águas, nós vamos atrás disso também para buscar o que existe já feito. Eu zelo pelo, estou sendo até redundante falando em imposto, é o nosso imposto que está sendo pago. Então, pagar de novo por uma coisa que já está pronta? Então, vamos aproveitar o que tem sido feito. Foi por isso que foi colocado o Nelson Marques nessa equipe, junto com outra engenheira, Engenheira Marília, não está aqui presente. E nós conversamos, nós nos encontramos frequentemente para ver o que nós temos, de vez em quando é dito alguma coisa que é necessária fazer e aí eu, o Nelson ou a Marília tem alguma ideia, tem algum contado? 'ah, vamos ligar para fulano que ele tem esse produto', e aí nós vamos naquele local, nós vamos ao porto, nós vamos ao 5º BEC, nós vamos onde tivermos que ir, para quê? Para buscar estudos ou produtos já prontos, para quê? Para que isso subsidie depois a elaboração de um projeto básico. Para que fazer isso? Para economizar os recursos que possam vir a serem gastos no futuro e também para economizar aquele recurso que nós já temos disponibilizado para elaboração desse projeto. Porque se nós tivermos um levantamento arqueológico do IPHAN ou da Hidrelétrica Santo Antônio, a Hidrelétrica de Santo Antônio tem um monte de produtos que podem ser fornecidos a custo zero. Isso não vai sair do nosso bolso, do nosso cofre. Então, nós vamos atrás de quem tem alguma coisa para oferecer. Se nós recebermos, uma sondagem da empresa que fez a Ponte do Rio Madeira, da Hermasa, de quem quer que seja, nós vamos deixar de gastar dinheiro com sondagem. É isso que nós estamos fazendo hoje, não é sobreposição. O Governador do Estado, com certeza, eu não falo com o Governador do Estado, o Nelson Marques tem contato com o Governador, o Bira tem contado com o Governador, eu já sou mais distante, mas com certeza eu posso falar por ele aqui, não é intenção do Governador sobrepor projetos, nós vamos pegar tudo que estiver pronto e vamos oferecer. Para fazer o Parque das Águas, nós temos que ter estudos, sondagem arqueológica, tudo. Para fazer o projeto que o arquiteto nos apresentou, nós temos que ter estudos, senão nós vamos construir uma grande obra e numa enchente de quinze metros, vai ser levado tudo embora e aí nós vamos ser apontados como os responsáveis.

Eu escolhi Porto Velho, eu escolhi Rondônia para criar meus filhos e numa situação dessas dá vergonha e, eu vou dizer: 'vou embora'. Portanto seremos responsáveis por um fracasso ou pelo sucesso? Então, eu quero ser partícipe, eu quero ser testemunha de um sucesso e não de um fracasso.

Eu tenho uma bandeira hoje na manga da minha camisa e isso conflita com o sotaque que eu tenho, mas é essa bandeira que eu defendo hoje, é a Bandeira de Rondônia. Então, não vou defender um projeto que depois de uns anos, concluída a obra, vem uma enchente qualquer, uma enchente tranquila de 15 metros, 16 metros e nós percamos tudo o que foi feito.

Obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado ao Sr. Arthur Luiz.

Quero agradecer a presença do eminente Deputado Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia Legislativa, e passar a palavra ao Sr. Alder Colares.

O SR. ALDER COLARES – Boa tarde, Excelentíssimo Senhor Presidente deste Poder, Deputado proponente da Audiência, autoridades convidadas, eu estou aqui pela SEDAM, fomos designados. Os dois Secretários não puderam estar conosco e nos designaram a mim e o Geólogo Trajano, mas eu quero me pronunciar aqui como cidadão e amazônida que sou. Sou natural do município de Manicoré, no Amazonas, e a gente tem percebido, naturalmente, que todos os anos, a calha do Madeira, desde a infância até agora o momento de eu iniciar a velhice ou já chamada a 3ª idade, como o rio, todas as enchentes que ocorrem no Madeira é natural que ocorra o chamado desbarrancar ou desbarrancamento das margens do rio. E aqui em Porto Velho também isto não é diferente, mas para nós é premente a necessidade, Deputados e colegas, das organizações civis, é premente a situação de que nós venhamos fazer alguma coisa no sentido de buscar proteger o nosso patrimônio cultural e o nosso patrimônio histórico do município de Porto Velho. Porque caso contrário, não vamos, em 10 anos, deter a força que o rio está avançando sobre a cidade, infelizmente, os nossos filhos contarão a história aos nossos netos através de fotografias, fotos ou vídeos ou vozes daqueles como Luiz e outros que se utilizam de suas vozes para fazer a defesa do Patrimônio Histórico Artístico e principalmente do patrimônio natural nosso. E infelizmente, infelizmente, há décadas só se houve falar nesta cidade, e são falaciosas as coisas de construir, construir e construir e ninguém toma, ninguém toma... infelizmente, esta é a nossa história, e ninguém toma decisão. Esperamos, Deputado, que com esta iniciativa, tanto a sociedade civil, este Poder, o Poder Executivo e principalmente os órgãos auxiliares de Justiça e os órgãos auxiliares da lei, nós possamos nos unir para fazermos valer o preservar da cidade de Porto Velho. Está lá, não resta, não nos resta, a chegar aos galpões ali da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, não nos resta 05 metros para começar a derrubar os galpões e nós estamos mudos e quedos sem fazer nada. Os poderes públicos, infelizmente, projetos e mais projetos, projetos e mais projetos, e execução de projeto nada. E agora está posto a nós aqui a situação de que já havia projeto, o projeto foi licitado, não foi iniciado, roubo de autoria, não sei o que mais. Vamos nos unir, vamos parar de falácias.

Tem como resolver a coisa? Tem. Vamos buscar alternativas. Todos os povos, durante a história da humanidade, tiveram alternativa para buscarem solucionar as questões naturais, e nós em pleno Século 21 não temos, será que não temos tecnologia, será que não temos ideias novas de buscarmos solução para as coisas, gente? O que é isso? Meu Deus, os egípcios irrigavam, os primeiros agricultores do planeta irrigavam buscando água do Nilo para irrigar o arroz, e ainda os outros grãos. Tiravam água do Nilo para fazer isso. Os romanos buscavam água na montanha e faziam os aquedutos. Nós aqui, neste momento, não temos a capacidade de resolvermos a situação? Vamos esperar que a natureza destrua o nosso patrimônio material que temos, o único patrimônio material que a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, a história daqueles que tombaram aí nas epidemias, a história daqueles que tombaram pela velhice de não mais poderem andar de tanto carregar dormente e arrastar trilhas e mais trilhas de ferro. Isso nós vamos deixar acabar. Valeu, Deputado! Valeu, Deputado! Valeu mesmo esta Audiência, que isto sirva de alerta para nós buscarmos Audiência maior, bem maior, não esta da forma que não foi divulgada. Vamos divulgar, Deputado. Vamos fazer uma bem maior para discutirmos. O Luis com o Projeto dele, o Governo do Estado com o Projeto dele, o Governo do Município com o Projeto dele, assim, o que é que vamos fazer? Qual é a parte de cada um neste latifúndio histórico que queremos? Porque senão, Deputado, infelizmente se vivermos de discurso vamos ver o Triângulo se acabar, vamos ver Estrada de Ferro se acabar, vamos ver o Cemitério da Candelária, que está se acabando, invadido, pegando fogo, passou na televisão e ninguém, infelizmente, faz nada. Paremos de ser passivos com a história deste município e vamos ser mais ativos para tentar conquistar. O que eu estou dizendo, é conquistar, não é refazer, é conquistar aquilo que ainda nos resta de bom da história e da cultura e da vivência do portovelhense, Deputado. O nosso obrigado, e desculpem a forma e a tonalidade de eu falar, mas infelizmente é raivoso vermos como as coisas acontecem e ninguém faz nada.

Muito obrigado.

O Sr. RIBAMAR DE ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado Alder Colares.

Passo a palavra agora, novamente, ao senhor Antônio Roberto, Superintendente do Patrimônio da União.

O SR. ANTÔNIO ROBERTO SANTOS FERREIRA – Bom, Deputado, como agora a gente começa realmente a ter subsídios do que é, do que a gente imaginava que seria a Audiência Pública, ou seja, nós temos um viés cultural, um viés de obras públicas, um viés social, e eu gostaria, de trazer como encaminhamento, acho que não sei, como a gente já está na parte de proposições e soluções, eu acho que é isso que a gente tem que começar a buscar. O Patrimônio da União tem uma experiência na praia, nas praias do Brasil que é o chamado Projeto Orla, por coincidência, eu acho que até teve

uma visita de uma equipe uma vez lá comigo, nessa experiência que é o chamado Projeto Orla. O Patrimônio da União junto com o IBAMA, a sociedade civil organizada, os órgãos de proteção de patrimônio histórico, junto com as instituições de ensino, trabalharam, iniciaram esse projeto por ordem de 2003, 2004, onde se começou a discutir soluções e, paralelamente, projetos e questões financeiras desse projeto. Então, eu gostaria, nobre Deputado, que como nós fizemos aqui com a Figura A e a partir disso criou grupos técnicos de diálogo nesse sentido e hoje nós estamos bem avançados na solução dessa problemática, que é essa questão do rio Madeira, lógico sem aqui impedir trabalhos que já estão em andamento, eu acho que isso é fundamental, inclusive para subsidiar, é que se criasse esse grupo especificamente de trabalho com um mediador. Por que eu estou falando aqui em mediador? Ou então, eu não quero usar o mediador para não dar aquele tom meio de conflito, mas o interlocutor, que ele comunicasse junto a todos os órgãos envolvidos e a sociedade civil organizada, para dialogar com as soluções. Onde é que eu estou buscando esse modelo? Hoje, a União está respondendo junto com o Estado e o município a questão da Madeira-Mamoré na ação judicial. Os entes públicos foram condenados, logicamente recorreram, a Justiça tem os seus âmbitos de recurso, mas o conflito está lá instalado. E nós temos um caso semelhante, que é a Estação de Tratamento de Esgoto, onde o magistrado, Dr. Dimis, nomeou o mediador e hoje nós estamos tentando buscar soluções que, por acaso, algumas foram já muito bem encaminhadas, não no nível daquele que está lá, que é uma complexidade, questão de moradia, uma questão social, um pouco mais complicada até por causa de finalidade diversa que ali tem, mas para uma obra dessa, se nós colocarmos aqui todos os envolvidos numa mesa e alguém que, a partir do momento que cada um tiver as suas obrigações, esse alguém é o gestor do projeto. E aí o Nelson, eu o conheço há um bom tempo, é de um profissionalismo reconhecido, não sei se seria ele, mas alguém que especificamente, e lógico, acho que o Nelson não tem só esse projeto, com certeza tem diversos, mas em especial, nessa situação, alguém que poderia ser da Assembleia, uma autoridade da Assembleia ou alguém do Executivo. Enfim, que fosse esse o agregador nomeado pelo Governador especificamente para dialogar com todos esses setores. Ele dialogaria com o município que é responsável, dialogaria com a União, com o Estado, com a sociedade civil organizada, aí o pessoal do Bairro Triângulo, aqui da Associação dos Moradores da Figura A. Enfim, com toda a sociedade, o IPHAM, que ali tem questões históricas, e aí com certeza nós caminharíamos numa solução, eu digo talvez não pacificado plenamente, mas com o viés que atenderia a grande maioria da sociedade. Então, essa é uma proposta que eu gostaria de ser colocada, e como nós já temos ação judicial poderia até ser monitorado pelo Poder Judiciário, que hoje os poderes públicos já estão respondendo isso, poderia até ser levado ao magistrado, que como já está judicializado, com certeza, os órgãos envolvidos estariam com sentenças e encaminhamentos para cada um as

suas responsabilidades, aí a coisa talvez fluísse exatamente com objetivo mais pleno e de uma solução mais definitiva.

Eu gostaria de fazer algumas observações além dessa proposta, e eu gostaria de fazê-lo como engenheiro. Aqui o meu companheiro Ubiratan e mesmo o Nelson também, tem a formação de Engenharia. Realmente não é uma obra simples, não é. O rio Madeira, por ser um rio jovem, aqui, bem dito pelo representante da CPRM, é um rio, até fiz algumas exposições ao Deputado Ribamar, porque tem uma imagem que é fácil, entrem no Google earth, aquele que tem imagem, olhem o rio Guaporé. O rio Guaporé vocês veem como ele é uma serpente e vocês vão observar que há local que ele passou há 50, há 100 anos atrás e hoje que não passa mais, ele está passando em outro local, porque ele já está comendo aquela ponta e está indo para outro lado. É um fato tão interessante isso, para vocês terem só como base de informação, tem terra brasileira que depois vira terra boliviana e tem terá boliviana que depois vira terra brasileira. Isso simplesmente pelo serpentear do rio Guaporé que também é o caso do rio Madeira.

Então, nós temos o desafio da engenharia aqui dentro, não há dúvida nenhuma. A complexidade dessa obra, e não é só fechar o rio Madeira, nós temos três rios que chegam ao rio Madeira, que é o Bate Estaca, o rio São Lourenço, o rio Santa Bárbara, o rio Madeira, e se fechar a frente dele, mas vai voltar por esses três rios, e aí o que fazer com esses três rios? Então, por aqui dá para perceber que não é simplesmente uma obra que envolve, chegar lá e colocar o material em cima, empurrar o rio para o outro lado como foi feito as hidrelétricas do Madeira, que me perdoe aqui o meu companheiro e amigo Segismundo, que lógico que no Brasil temos uma legislação ambiental, está aqui o nosso representante do Ministério Público e que tem uma rigorosidade grande e com certeza a mão dele não deixará de pesar sobre as obras que aqui serão feitas. Então, é importante nós colocarmos essa questão da complexidade do rio.

Então eu coloco, finalizando, essa proposta, de repente, ter essa forma de mediação, essa forma de mediação que não deixa de ser um conflito, porque qualquer obra que aqui for feita vai agradar alguns e descontentar outros, então vai gerar conflitos. E coloco o Projeto Orla, que já está sendo desenvolvido nas praias do Brasil, nós adaptarmos para o nosso rio fluvial, porque o projeto é orla marítima. Vamos fazer uma adaptação junto com as Instituições de Ensino para o Projeto Orla Fluvial que é inédito, inclusive para a nossa região Norte e para o nosso interior do Brasil.

Obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Quero mais uma vez agradecer ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Maurão de Carvalho; agradecer ao Dr. Adilson Donizetti, Promotor de Justiça representando o Ministério Público; agradecer ao Dr. Antônio Roberto, Superintendente do Patrimônio da União; ao Dr. Ubiratan Bernardino, Diretor Executivo do DER; ao Sr. Naciel Monteiro, que me propôs pedir e requerer esta Audiência Pública e dizer, Naciel, você como um grande sonhador não pare de sonhar. Eu coloco o nosso

gabinete, aqui na Assembleia Legislativa, a sua inteira disposição para, juntos, buscarmos as pessoas, as autoridades, sejam elas governamentais, pessoas como o Dr. Luiz Leite, que tem esse projeto arquitetônico e outras autoridades aqui presentes, como o Dr. Nelson Marques; o Luiz Leite, já me referi; ao Dr. Ernande Segismundo; ao Dr. Edgar Isa; a Sra. Araci da Silva; ao Sr. Artur, Diretor da Defesa Civil Estadual; ao Dr. Alder Colares; ao Dr. Trajano, enfim, todas essas autoridades que se fizeram presentes e fizeram uso também da Tribuna. Agradeço a todos aqui presentes, que mesmo não se manifestando, mas foi muito importante a presença de todos vocês, e me coloco mais uma vez à inteira disposição para que em outras Audiências Públicas, Naciel, tratemos desse tema tão importante aqui para a nossa cidade de Porto Velho e para o Estado de Rondônia. Nos colocamos aqui à inteira disposição, como incansável trabalhador, também, nessa questão.

Agradeço as palavras do Dr. Luiz Leite, pelo reconhecimento aqui as nossas atividades. Enfim, agradeço a todos vocês, mais uma vez, e agradeço ao nosso Presidente Maurão de Carvalho.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro encerrada a presente Audiência Pública e convido a todos para um coquetel que será servido aqui no Salão Nobre da Assembleia Legislativa.

A todos vocês muito obrigado, um abraço e felicidade a todos.

(Encerra-se esta A. P. às 17 horas e 24 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

E R R A T A

No Diário Oficial da Assembléia Legislativa nº 091, publicado no dia 08 de junho de 2015, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº2270/2015-SRH/P/ALE, de Nomeação da servidora WALCIRA SOARES DA SILVA.

ONDE SE LÊ:

NOMEAR

LEIA-SE:

ALTERAR

Porto Velho-RO, 15 de julho de 2015.

CLEUCINEIDE DE OLIVEIRA SANTANA
Superintendente - SRH/ALE/RO